Neste livro-síntese, François Ascher afirma que a modernidade não é um estado, mas um processo constante de transformação da sociedade, condição que a diferencia das demais sociedades onde a mudança não é o princípio essencial. O autor destaca em especial a falta de sincronia entre a mutação cada vez mais rápida da sociedade contemporânea e o processo mais lento de transformações do quadro construído. No contexto brasileiro, tal constatação é preocupante, pois, ao lidar com esta dupla temporalidade, teremos que enfrentar os novos desafios da contemporaneidade, sem abandonar as demandas não resolvidas das nossas cidades.

ISBN 978-85-88585-25-6

rg BOLSO 4

François Ascher

RG

françois ascher

Os novos princípios do urbanismo

RG

rgBOLSO**4**
Os novos princípios do urbanismo FRANÇOIS ASCHER
Tradução e apresentação NADIA SOMEKH
Revisão preliminar FLÁVIO CODDOU
Preparação e revisão final de texto REGINA STOCKLEN
Projeto gráfico da coleção e diagramação ESTAÇÃO
Desenhos da capa LUCIA KOCH
Gráfica PANCROM
Coordenação editorial ABILIO GUERRA E SILVANA ROMANO SANTOS
Edição original ASCHER, FRANCOIS. *LES NOUVEAUX PRINCIPES DE L'URBANISME*. LA TOUR D'AIGUES, ÉDITIONS DE L'AUBE, 2001. ISBN 2-87678-992-2

apoio cultural

françois ascher

Os novos princípios do urbanismo

Direitos para esta edição
Romano Guerra Editora
Rua General Jardim 645 conj 31 Vila Buarque 01223-011 São Paulo
SP Brasil
tel: (11) 3255.9535 | 3255.9560
rg@romanoguerra.com.br www.romanoguerra.com.br
Printed in Brazil 2010 Foi feito o depósito legal

A813n Ascher, François
Os novos princípios do urbanismo / François Ascher ; tradução e apresentação Nadia Somekh -- São Paulo : Romano Guerra, 2010.
104 p. (Coleção RG bolso ; 4)

ISBN: 978-85-88585-21-8 (Coleção)
ISBN: 978-85-88585-25-6 (volume 4)

1.Planejamento territorial urbano I.Somekh, Nadia II.Título III. Série

21ª. CDD - 711.4

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

François Ascher (Metz, 1946 – Paris, 2009)

apresentação Velhos e novos princípios de urbanismo no Brasil, por Nadia Somekh **11**

introdução 17

capítulo 1 Urbanização e modernização **19**

1. Cidade e sociedade: uma estreita correlação **19**
2. As transformações de longa duração da sociedade moderna **21**
3. As duas primeiras revoluções urbanas modernas **24**

capítulo 2 A terceira modernidade **31**

1. Uma sociedade mais racional, mais individualista e mais diferenciada **32**
2. A emergência da sociedade hipertexto **42**
3. Do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo **48**

capítulo 3 A terceira revolução urbana moderna **61**

1. A metapolização: as cidades mudam de escala e de forma **62**
2. A transformação do sistema de mobilidade urbana **65**
3. A recomposição social das cidades **67**
4. A redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais **72**

capítulo 4 Os princípios de um novo urbanismo **81**

1. Elaborar e manejar projetos urbanos em um contexto incerto **82**
2. Priorizar os objetivos em relação aos meios **84**
3. Integrar os novos modelos de resultado **85**
4. Adaptar as cidades às diferentes necessidades **87**
5. Conceber os lugares em função das novas práticas sociais **88**
6. Agir em uma sociedade fortemente diferenciada **90**
7. Requalificar a missão do poder público **92**
8. Responder à variedade de gostos e demandas **93**
9. Promover uma qualidade urbana nova **95**
10. Adaptar a democracia à terceira revolução urbana **96**

notas / bibliografia 99

nadia somekh

APRESENTAÇÃO

Velhos e novos princípios de urbanismo no Brasil

Quando olhamos as cidades brasileiras, podemos nos perguntar: quais foram os princípios de urbanismo que nortearam o processo de urbanização? Conhecendo e estudando o urbanismo no Brasil, constatamos que planos e leis foram aprovados e realizados, mas quase sempre em confronto com os ditames do mercado, fenômeno que produziu um espaço urbano que parece não obedecer a regras claras. Além disso, verificamos que a legislação excluiu a maioria da população, que vive em péssimas condições habitacionais, fora do alcance das regulamentações urbanísticas e edilícias. Nossas cidades não previram a localização dos mais pobres, que informalmente ocuparam áreas de risco, de proteção ambiental, de preços fundiários depreciados, com a anuência velada das autoridades governamentais.

Apesar de ter sido lançado em 2001, conheci este livro de François Ascher entre 2004 e 2005, quando saía da presidência da Emurb e assumia a direção da Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Minhas preocupações, mais do que nunca, se voltavam para a necessidade de atualização e de conhecimento sobre como melhorar nossas cidades e, principalmente, como

passar esse conhecimento com consistência e atualidade para nossos alunos de arquitetura.

Neste livro síntese, Ascher afirma que a modernidade não é um estado, mas um processo constante de transformação da sociedade, condição que a diferencia das demais sociedades onde a mudança não é o princípio essencial. Ascher destaca em especial a falta de sincronia entre a mutação cada vez mais rápida da sociedade contemporânea e o processo mais lento de transformações do quadro construído. No contexto brasileiro, tal constatação é preocupante, pois, ao lidar com esta dupla temporalidade, teremos que enfrentar os novos desafios da contemporaneidade sem abandonar as demandas não resolvidas das nossas cidades.

A quantas anda o processo de modernização das nossas cidades? De forma fragmentada, o processo de urbanização no Brasil ocorre para dar espaço ao automóvel e ao desenvolvimento do capital imobiliário, sem procurar a essência da modernidade que é a superação das necessidades básicas do homem. Além disso, a concentração de renda e a urbanização dispersa produzem uma cidade difusa, comprometendo o futuro das gerações, uma vez que na sua base está a busca de novas fronteiras de valorização, ação que desconsidera o custo ambiental de dilapidação de recursos naturais e de poluição da água e do ar.

O fator mobilidade contemporânea assume uma tripla racionalidade: a global, a social e a de transportes. Os fluxos internacionais se aceleram por questões econômicas, políticas ou ambientais produzindo refugiados que se somam aos mais pobres reduzindo as possibilidades de mobilidade social. Por sua vez, a circulação assume um papel estratégico nas cidades. Se no modelo fordista a unidade produtiva se concentrava na fábrica, hoje ela assume uma amplitude territorial cada vez maior. O desenvolvimento econômico tem, na maior mobilidade das cidades, um aumento de produtividade. Contudo, o elemento essencial da urbanização brasileira – a priorização do transporte individual em detrimento do coletivo – compromete a produção de uma cidade mais compacta.

As questões ambientais, de mobilidade, de redução de desigualdades e de inclusão social que são essenciais à realidade atual das cidades brasileiras podem ser observadas à luz das propostas deste livro: o decálogo que Ascher nos apresenta no final do livro, e que entendemos de grande utilidade para nosso urbanismo. No Brasil temos ainda, como princípio extra, o Estatuto da Cidade, que ganhou vida através da Lei Federal nº 10257, aprovada em 10 de julho de 2001. Tributário de uma luta pela reforma urbana que se origina nos anos 1960, o debate do estatuto remonta ao início dos anos 1980, quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU preparou o anteprojeto de lei que foi discutido por outras duas décadas na Câmara dos Deputados.

O processo de redemocratização e a Constituição Federal de 1988 também trouxeram avanços para as leis de urbanismo, principalmente no sentido de limitar o direito de propriedade, tornando a cidade mais voltada para o cumprimento de sua função social a ser definida pelos Planos Diretores Municipais.

As diretrizes do Estatuto da Cidade permitem hoje inovações que garantam do direito a cidades sustentáveis à gestão democrática com participação popular, à justa distribuição do ônus e dos benefícios do processo de urbanização, à proteção e preservação

do patrimônio e do ambiente, à regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas pela população de baixa renda. Além disso, o Estatuto prevê que os Planos Diretores delimitem as áreas onde poderão ser aplicados a urbanização, o parcelamento e a edificação compulsórios. Vale dizer que ainda é muito difícil fazer valer as novas e democráticas regras de utilização social das cidades brasileiras.

O que se observa são os nossos velhos problemas, que ainda aguardam o enfrentamento necessário. O nosso futuro está em construção. Estamos em um período de transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento. A forma desse novo desenvolvimento deve-se manifestar no espaço urbano, sobrepondo velhos e novos problemas. A pobreza existente ainda espera ser combatida por políticas públicas adequadas nas diversas escalas de governo. Portanto, pensar as cidades hoje implica formulações complexas que incluem as instâncias econômicas, sociais, políticas e culturais.

Quando resolvemos fazer a tradução, Ascher ao telefone se mostrou entusiasmado com a possibilidade de seu livro ser útil no contexto brasileiro. Esta sua preocupação de que o conhecimento sobre a cidade deve resultar em uma ação eficaz sobre ela é destacada pela apresentação de Jordi Borja para a versão em espanhol. E o livro confirma que atualmente o conhecimento não está separado da ação e que o estudo da cidade constitui-se em um instrumento eficaz de intervenção visando melhorá-la.

Borja nos lembra que Ascher fez parte de um grupo da escola francesa de sociologia urbana que trabalhou na revista *Espaces et Sociétés* no período pós-1968. Destaca ainda que o sociólogo francês foi responsável pelo Institut Français d'Urbanisme, centro de pós-graduação voltado para a intervenção sobre o território, professor da École Nationale des Ponts et Chaussées, integrando visões entre arquitetura e engenharia, além de fundador do Club Ville-Aménagement – que reúne os responsáveis pelos grandes Projetos Urbanos – e do Institut pour la Villes en Mouvement – que trata da mobilidade contemporânea.

Falecido neste ano de 2009, François Ascher nos deixa uma herança considerável. Resta-nos combinar nossas antigas lutas, ainda carentes de realizações visíveis, com os nossos problemas contemporâneos, desenhando a agenda que teremos que enfrentar para melhorar nossas cidades e a vida da população brasileira.

introdução

A sociedade contemporânea transforma-se rapidamente e, como estamos envolvidos por esta evolução, às vezes avaliamos mal a dimensão dessa transformação, os objetos que utilizamos, nossa maneira de agir e de trabalhar, nossas relações familiares, nosso lazer, nossa mobilidade, as cidades em que vivemos, o mundo que nos rodeia, nossos conhecimentos, esperanças e temores...

No âmbito do urbanismo, percebemos com muita dificuldade as mudanças, pois o quadro construído evolui com relativa lentidão, e as novas construções representam, anualmente, menos de 1% do parque existente[1]. Além disso, sentimo-nos particularmente vinculados aos lugares mais antigos e temos o sentimento de que eles poderiam nos oferecer mais urbanidade do que aqueles que a sociedade produz hoje em dia. De fato, estamos preocupados com as formas que as cidades estão assumindo e com os riscos de toda ordem que elas parecem gerar para a sociedade e para o ambiente.

Todavia, muitos indícios e análises nos levam a pensar que as transformações da nossa sociedade, e especialmente das cidades, estão apenas começando. As sociedades ocidentais estão em mutação, entrando em uma nova fase da modernidade, que assiste à evolução profunda das maneiras de pensar e agir, da ciência e da técnica, das relações sociais,

da economia, das desigualdades sociais e das formas de democracia. Essas mutações implicam e tornam necessárias transformações importantes na concepção, produção e gestão de cidades e do território; elas engendram uma nova revolução urbana moderna, a terceira desde a revolução da cidade clássica e da cidade industrial.

A sociedade deve, portanto, dotar-se de novos instrumentos para tentar controlar essa revolução urbana, tirar partido dela e limitar seus eventuais prejuízos. Para isso, é necessária a formulação de um novo urbanismo, adequado aos desafios e às formas atuais de pensar e de agir nesta terceira modernidade.

O objeto deste livro é contribuir para a explicitação dos desafios maiores a ser enfrentados por esse novo urbanismo, bem como a formulação de alguns princípios fundamentais à sua concepção.

Em uma primeira parte, destacaremos os vínculos estruturais que articulam cidades e sociedades modernas, revoluções urbanas e tipos de urbanismo produzidos nas duas primeiras fases da modernidade. Na segunda e terceira partes, analisaremos as principais características da nova modernidade que se esboça e os principais traços da revolução urbana que ela mesma provoca e sobre a qual ela se apoia. Finalmente na quarta parte apresentaremos dez desafios principais e esboçaremos alguns princípios a ser desenvolvidos para buscar sua solução.

1. Cidade e sociedade: uma estreita correlação

Podemos definir as cidades como agrupamentos de população que não produzem seus próprios meios de subsistência alimentar. A existência das cidades pressupõe, portanto, desde a sua origem, uma divisão técnica, social e espacial da produção, e implica trocas de natureza diversa entre aqueles que produzem os bens de subsistência e os que produzem bens manufaturados (artesãos), bens simbólicos (religiosos, artistas etc.), o poder e a proteção (guerreiros). A dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interação oferecido pelas cidades, à sua "urbanidade", ou seja, à potência multiforme que gera o reagrupamento de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo lugar.

O crescimento das cidades esteve correlacionado, ao longo da história, com o desenvolvimento dos meios de transporte e armazenamento dos bens necessários para abastecer populações crescentes em qualquer estação do ano. Também esteve vinculado às técnicas de transporte e estocagem das informações necessárias à organização do trabalho e das trocas, como demonstra o aparecimento conjunto da escrita e da contabilidade. Por fim, o tamanho das cidades dependeu dos meios de transporte e "arma-

zenagem" das pessoas, particularmente das técnicas de construção em altura, de gestão urbana dos fluxos e do abastecimento (sistema viário, esgoto, água etc.), assim como das exigências de proteção e de controle.

A história das cidades foi assim marcada pela história das técnicas de transporte e estocagem de bens (b), de informações (i) e de pessoas (p). Este sistema de mobilidade, que ora denominamos "sistema bip", constitui o núcleo das dinâmicas urbanas desde a escrita até a internet, passando pela roda, a imprensa, a ferrovia, o telégrafo, o concreto armado, o condicionamento, a pasteurização e a refrigeração, o bonde, o elevador, o telefone, a radiofonia etc. O crescimento horizontal e vertical das cidades tornou-se possível graças à invenção e utilização dessas técnicas.

As formas das cidades, sejam projetadas, sejam resultantes mais ou menos espontaneamente de dinâmicas diversas, cristalizam e refletem as lógicas das sociedades que as acolhem. Desse modo, a concepção das cidades antigas expressava, mais particularmente, os preceitos religiosos e militares que constituíam as "justificativas" principais das cidades e grupos sociais que as habitavam. Em um mundo pouco seguro, as cidades medievais se protegiam atrás das muralhas e organizavam-se através de corporações em torno à praça do mercado, torres e campanários, expressando espacialmente de forma imbricada a solidariedade e a dependência que caracterizava as populações das cidades no seio das sociedades feudais. Mais tarde, o desenvolvimento das sociedades modernas imprimiu progressivamente novas lógicas à concepção e ao funcionamento das cidades.

Hoje o urbanismo necessita, portanto, de uma compreensão fina da lógica que se estabelece na sociedade contemporânea.

2. As transformações de longa duração da sociedade moderna

É usual caracterizar as sociedades ocidentais contemporâneas pelo qualificativo "moderno" para distingui-las simultaneamente de um passado relativamente distante e de outras sociedades de registros diferenciados. Mas essa noção é bastante vaga, e de uso incômodo e ambíguo. Assim, é difícil datar o aparecimento dos "tempos modernos" que se instalaram progressiva e diferencialmente em diversos países do Ocidente europeu e da América. A noção de modernidade foi também utilizada em contextos e perspectivas que a tornam suspeita de manter um projeto hegemônico do Ocidente ou a acusam de sustentar ambições demasiadamente funcionalistas, cujos prejuízos pudemos comprovar, notadamente no urbanismo.

De fato, é mais correto falar de "modernização", pois a modernidade não é um estado, mas um processo de transformação da sociedade. Pode-se dizer, inclusive, que o que diferencia as sociedades modernas de outras é o fato de a mudança ser o seu princípio essencial. Na verdade, muitas outras sociedades passaram e passam por transformações, têm história; mas não se organizam necessariamente tendo como núcleo central da sua dinâmica de funcionamento a mudança, o progresso, o projeto. Pelo contrário, é a tradição que constitui seu princípio essencial, e a referência ao passado que fundamenta, de forma geral, suas representações de futuro.

Os componentes da modernização

A modernização é um processo que emergiu bem antes dos tempos que denominamos, usualmente,

modernos. Ela resulta da interação de três dinâmicas socioantropológicas, cujos traços podemos reconhecer em diversas sociedades, mas que ao entrar em ressonância na Europa durante a Idade Média, produziram as sociedades modernas: a individualização, a racionalização e a diferenciação social.

Pode-se definir a individualização, em primeiro lugar, como a representação do mundo, não a partir do grupo ao qual pertence o indivíduo, mas a partir da sua própria pessoa. O uso na linguagem do "eu" no lugar do "nós" e ainda a invenção da perspectiva, que foram se impondo, progressivamente, no fim da Idade Média, ilustram perfeitamente esse processo de individualização. Podemos falar igualmente de individuação, para explicar as lógicas de apropriação e domínio individuais, que vão ocupando progressivamente o lugar das lógicas coletivas. Assim, as sociedades modernas separam e reúnem indivíduos, e não grupos.

A racionalização consiste na substituição progressiva da tradição pela razão na determinação dos atos. A repetição dá lugar às escolhas. Estas pressupõem preferências e projetos individuais e coletivos; elas usam o conhecimento derivado da experiência, os saberes científicos e mobilizam as técnicas. A racionalização é uma forma de "desencantamento do mundo", pois atribui às ações humanas e às leis naturais o que fora anteriormente atribuído aos deuses.

A diferenciação social é um processo de diversificação das funções de grupos e indivíduos no interior de uma mesma sociedade. Ela é amplamente reforçada pelo desenvolvimento da divisão técnica e social do trabalho, e resultante da dinâmica da economia de mercado. A diferenciação produz diversidade e

desigualdade entre grupos e indivíduos gerando assim uma sociedade cada vez mais complexa.

Esses três processos alimentam-se reciprocamente e produzem sociedades cada vez mais diferenciadas, formadas por indivíduos simultaneamente mais parecidos e mais singulares, com possibilidades de escolha mais complexas.

De fato, individualização, racionalização e diferenciação não são exclusivas da modernidade; mas é a sua combinação que, em circunstâncias históricas particulares, desencadeou a dinâmica da modernização, como uma bifurcação na qual se incorporou o "mundo ocidental" por volta do ano 1000. Nenhuma sociedade anteriormente havia conhecido essa conjunção ou tinha entrado nessa espiral de "desenvolvimento" específica da modernidade.

As primeiras fases da modernização

Se a modernidade não é um estado, a modernização tampouco é um processo contínuo, sendo possível distinguir três grandes fases.

A primeira cobre aproximadamente o período qualificado como tempos modernos e abarca do fim da Idade Média ao começo da revolução industrial. Ela testemunha a transformação do pensamento e do lugar da religião na sociedade, a emancipação da política e a emergência do Estado-nação, o desenvolvimento das ciências e a expansão progressiva do capitalismo mercantil e, logo a seguir, do industrial. Pode-se classificar esta fase como "primeira" ou "alta modernidade".

A segunda fase é a da revolução industrial, que assiste à produção de bens e serviços, subordinada, em grande medida, às lógicas capitalistas; o pensamento técnico ocupando um lugar central na socie-

dade e a constituição do Estado do bem-estar. É a segunda, ou "média modernidade".

A cada uma dessas épocas corresponderam modos de pensamento e criação, figuras dominantes e concepções do poder, representações da sociedade, critérios de eficácia, formas de organização e, certamente, princípios e modos de concepção e organização do território. A instalação da primeira e da segunda modernidades efetuou-se progressivamente, porém a amplitude das transformações nas diversas esferas da sociedade provocou crises de todo tipo – econômicas, sociais, políticas, religiosas. A concepção, a construção e o funcionamento das cidades não escaparam dessas transformações e crises.

3. As duas primeiras revoluções urbanas modernas

A cidade do renascimento e dos tempos modernos

A primeira modernidade produziu uma verdadeira revolução urbana. A cidade medieval deu lugar a uma cidade "clássica" na qual o novo poder do Estado aparece em cena de forma monumental e se apresenta, através da perspectiva, ao olhar do indivíduo, traçando avenidas, praças e jardins urbanos que cruzam e dividem as ruelas, aleias e hortas, recuando e transformando muralhas, redefinindo e separando o público do privado, os espaços interiores e exteriores, definindo funções, inventando calçadas e vitrines. Esse movimento é crescente, as ruas se alargam e se diferenciam funcional e socialmente, as cidades se estendem, os bairros periféricos proliferam, aglomerando de maneira nova populações e atividades. A arquitetura se constitui paralelamente como uma disciplina moderna, reerguendo-se de um campo específico, integrando valores e novas técnicas, sem desprezar antigas referências, mas assumindo novas liberdades, notadamente com o barroco.

Esta primeira cidade é moderna porque é concebida racionalmente por indivíduos diferenciados. As eventuais referências dos seus criadores à tradição não são atos repetitivos, mas sim refletem escolhas racionais com diversas motivações. Ela expressa a instauração do Estado-nação, a expansão dos territórios, a mobilização das novas ciências e técnicas, a autonomia nascente dos indivíduos. Esta cidade é também moderna porque é projeto; ela cristaliza a ambição de definir o porvir, de dominar o futuro, de ser o marco espacial de uma nova sociedade; ela é o desenho de um desígnio. De fato, ela dará origem às utopias que são em si formas derradeiras.

A cidade da revolução industrial

A segunda revolução industrial começou com a revolução agrícola que aumentou a produção alimentar, porém expulsou do campo grandes quantidades de agricultores de maneira concomitante ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Esse duplo processo provocou um enorme crescimento demográfico nas cidades, acarretando um crescimento espacial acelerado, gerando, ao mesmo tempo, uma grande pauperização de uma parte das populações urbanas.

É neste contexto que emergem progressivamente novas concepções de cidade, marcadas fundamentalmente pelas mesmas lógicas que regiam o mundo industrial dominante. O urbanismo moderno (a palavra "urbanismo" aparece sob diversas

formas na virada do século 19 para o 20) aplica, no campo da organização das cidades, os princípios estabelecidos na indústria. A noção-chave é a da especialização: o taylorismo a sistematizará na indústria, onde tratará de decompor e simplificar as tarefas para tornar sua realização mais rentável. O urbanismo moderno vai colocá-la em prática sob a forma de zoneamento que, mais tarde, Le Corbusier e a Carta de Atenas levarão ao extremo.

Na cidade da revolução industrial, a mobilidade das pessoas, das informações e dos bens assume igualmente um lugar novo e mais importante. A primeira necessidade é, com efeito, adaptar as cidades às novas exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis. Isto requer uma malha de grandes vias de circulação entre estações e grandes lojas, bem como redes de água, saneamento, energia (gás, eletricidade, vapor) e comunicação (telégrafo, telefone, correio expresso).

As exigências de crescimento e de funcionamento das cidades provocaram também uma forte mobilização científica e técnica para aumentar a rentabilidade no transporte e o armazenamento de bens, informações e pessoas. A eletricidade, particularmente, teve um papel decisivo na liberação das potencialidades de crescimento das cidades, verticalmente com os elevadores, horizontalmente com o bonde, o telégrafo e o telefone, depois o motor a explosão.

A diferenciação social inscrevia-se de outro modo no espaço: com os elevadores, os pobres passaram a ocupar os andares inferiores, enquanto os ricos subiam aos andares mais ensolarados; mais tarde, com o desenvolvimento dos transportes coletivos e os bondes, formaram-se bairros residenciais de alta renda e bairros industriais para fábricas e operários. Ainda aqui foi decisivo o papel dos transportes urbanos para tornar possível a ampliação dos territórios urbanos e sua recomposição em grande escala.

Mais tarde, o automóvel individual e os eletrodomésticos inscreveram o fordismo, quer dizer, o sistema combinado da produção e do consumo de massa, mais nitidamente no espaço urbano, com os grandes conjuntos de habitação social ou casas individuais, hipermercados e infraestruturas viárias. O advento do quarteto carro-geladeira-aspirador-máquina de lavar constituiu o âmago das transformações urbanas, tornando possível o trabalho feminino assalariado, a compra semanal e a ampliação dos deslocamentos. Os bairros monofuncionais das atuais periferias urbanas são sua expressão mais clara.

O desenvolvimento do Estado do bem-estar e de diversos serviços públicos contribuiu igualmente na estruturação das cidades, através da rede de linhas de transporte coletivo, de escolas, de hospitais, de banheiros públicos, de postos de correio, de equipamentos esportivos etc. Além disso, os poderes públicos foram levados a atuar cada vez mais tanto no campo do urbanismo quanto no campo econômico-social, principalmente para enfrentar insuficiências, incoerências e disfunções das lógicas privadas e do mercado, particularmente no campo fundiário e imobiliário. Foi criada, assim, toda ordem de estruturas e procedimentos para "planejar" mais racionalmente as cidades, ou seja, o mais cientificamente possível, para agir apesar das limitações da propriedade privada, para ordenar, isto é, predefinir e estimular a expansão periférica e a renovação.

As formas urbanas desta segunda revolução certamente variaram na teoria e na prática, conforme as diferentes cidades e países. Mas todos os fundadores do urbanismo – particularmente Haussmann, Cerdà, Sitte, Howard e, certamente, Le Corbusier – estavam movidos, através de suas práticas ou reflexões e apesar de suas diferenças, por esta mesma preocupação de adaptação das cidades à sociedade industrial. As cidades e o urbanismo conheceram, assim, uma verdadeira revolução em relação às antigas cidades e concepções arquitetônicas e espaciais da primeira revolução urbana para chegar, por fim, a um urbanismo fordista-keynesiano-corbusiano, expressão de uma racionalidade simplificadora com seu planejamento urbano, seu zoneamento monofuncional, suas armaduras urbanas hierárquicas, adaptado à produção e ao consumo de massa em centros comerciais, suas zonas industriais e sua circulação acelerada e uma materialização também do Estado do bem-estar com seus equipamentos coletivos, serviços públicos e habitações sociais. Esta segunda revolução urbana não eliminou totalmente as cidades preexistentes, apesar de ter sido bastante radical na França, desde a destruição massiva de Haussmann às "renovações *bulldozer*" dos anos 1950-1970. De fato, muito frequentemente, o espaço construído, assim como os cidadãos, demonstraram suas habilidades de permanência, de resistência e de readaptação. Dessa forma, mais uma vez as cidades comprovaram sua capacidade de sedimentar diferentes camadas de sua história, funcionando como palimpsestos, esses pergaminhos que não mudam, mas que acolhem sucessivamente escritas diversas. Todavia, mesmo as partes preservadas das cidades antigas que foram conservadas materialmente passaram por transformações profundas e deixaram de funcionar do mesmo modo que antes.

A cada uma das duas primeiras fases da modernização, correspondeu uma mudança profunda na maneira de conceber, produzir, utilizar e gerir, de maneira geral, os territórios e, particularmente, as cidades. A Europa ocidental já conheceu assim duas revoluções urbanas modernas. Pode-se levantar então a hipótese de que se esboça uma nova fase da modernização e que as mudanças que se vislumbram no urbanismo atual apontam para uma terceira revolução urbana moderna.

capítulo 2

A TERCEIRA MODERNIDADE

A modernidade saiu abalada do século 20, e a passagem para o ano 2000 ocasionou múltiplas reflexões e comentários que ressaltaram não só o extraordinário "progresso" realizado durante os cem anos precedentes, mas também os dramas que o mundo conheceu, proporcionais ao seu próprio progresso, e que, por conta disso, constituem-se em passivo da modernidade.

De fato, a modernidade sempre foi objeto de reações hostis de todo tipo. Porém, há uns trinta anos, a crítica assumiu uma nova forma, denominada pós-moderna. Essa noção reagrupa, em um mesmo balaio, desde filósofos e sociólogos que acreditam discernir sinais de uma crise radical e de uma superação da modernidade, até criadores, particularmente os arquitetos, que se engajaram em um projeto pós-modernista sob a forma de uma crítica à estética funcionalista. Esse movimento não deixa de ter seu interesse, pois chama a atenção para as mudanças em curso. Todavia, estas mudanças não anunciam nem apontam o fim da modernização, mas ressaltam, porém, o fato de que a sociedade moderna se libera de um racionalismo que se tornou demasiado simplista e de suas certezas, e que ela desprende-se das formas de pensamento messiânico ou providencial que ainda marcavam a própria ideia moderna de progresso. De certa forma,

estamos nos tornando verdadeiramente modernos, e de uma forma cada vez mais rápida. De fato, o reforço recíproco das características que constituem a modernidade dá a impressão de uma aceleração da modernização. Entramos assim em uma terceira fase ou terceiro episódio da modernização que diversos autores qualificaram de modernidade "radical", modernidade "avançada", de "sobremodernidade" ou ainda, "baixa" modernidade.

1. Uma sociedade mais racional, mais individualista e mais diferenciada

A modernização reflexiva

A racionalização, que é um dos três processos de base da modernização, prossegue marcando, cada vez mais profundamente, todas as ações individuais e coletivas. Ela conduz a uma "refletividade" sobre a vida social moderna que podemos definir como "o exame e a revisão constante das práticas sociais, à luz das informações referentes a essas próprias práticas". Dito de outra forma, não se trata mais de simplesmente mobilizar conhecimentos prévios a certas ações, mas examinar permanentemente as escolhas possíveis e reexaminá-las em função daquilo que elas já produziram. A refletividade é a reflexão antes, durante e depois...

De fato cada indivíduo, como cada coletividade, está confrontado constantemente com um sem-número de situações e circunstâncias individuais e coletivas cada vez mais diferenciadas e mutantes. Isto leva a dois tipos de consequências. Por um lado, é cada vez mais raro que os atores possam recorrer a uma experiência direta passada, ou seja, um conhecimento operativo já estabelecido, para enfrentar uma determinada situação, já que, estatisticamente, ela terá cada vez menos chance de já ter acontecido ou de se reproduzir. A ação necessita, portanto, com mais frequência, de uma reflexão específica que permita elaborar uma resposta e não escolher uma de um cardápio preexistente, de recorrer a uma receita, a uma rotina, a um hábito ou mesmo a uma crença ou tradição. Por outro lado, a crescente complexidade da vida social, real, mas também revelada pelos novos conhecimentos científicos, torna necessários novos avanços científicos e tecnológicos.

Novos procedimentos científicos e maior utilização das ciências e das técnicas

As ciências que podem contribuir para a elaboração das decisões passaram por rápidas mudanças e viram emergir novos paradigmas. Três avanços importantes, de certa forma relacionados, porém de origens diversas e relativamente antigas, modificaram bastante profundamente os instrumentos da ação reflexiva: a teoria dos jogos e das escolhas limitadas, as ciências cognitivas e as teorias da complexidade, do acaso e do caos.

Os avanços que se seguiram a partir da teoria das escolhas limitadas influenciaram consideravelmente a economia, a sociologia, a ciência política e tiveram, muito rapidamente, aplicações concretas. Esses evidenciaram que os meios para atingir um fim podiam assumir uma multiplicidade de formas, mesmo em situações incertas. Este tipo de abordagem conduziu a uma diversificação profunda da noção de racionalidade enquanto adaptação dos meios a um fim. Essas teorias tiveram um papel central para o desenvolvimento das ciências que serviram de base à informática; elas também tiveram uma in-

fluência muito importante no campo da economia e do planejamento.

O progresso das ciências cognitivas abre igualmente hoje, direta ou indiretamente, perspectivas imensas e até inquietantes sobre a possibilidade de explicar mecanismos do pensamento, de multiplicar suas possibilidades, isto é, de criar quase sujeitos. A ficção científica já nos familiarizou com essa angústia. Certamente não chegamos a este ponto, longe disso, apesar da "Lei de Moore" (teoria sobre a duplicação do rendimento dos computadores a cada dezoito meses). Por outro lado, já estamos familiarizados com os conhecimentos algorítmicos e incorporamos de maneira prática as inovações, tais como a distinção entre hardware e software que, indiscutivelmente, fizeram evoluir nosso modos de representação e de organização.

À racionalidade limitada e às ciências cognitivas, deve-se acrescentar um terceiro campo, onde estão sendo elaborados, há dezenas de anos, novos paradigmas da teoria da complexidade. Esta categoria é evidentemente um balaio de gatos e engloba, de certa forma, as ciências cognitivas. Mas ela é muito mais ampla e podemos incluir nela abordagens advindas de reflexões matemáticas e físicas sobre o caos, o acaso, os fractais, as bifurcações, a autogestão, que se difundem, hoje em dia, em diversos e variados campos científicos, para além da física e da biologia, direta ou metaforicamente. Esses avanços científicos contribuem na renovação das formas de representação e de modelização, e abrem perspectivas consideráveis em termos de simulação.

O grande erro dos pós-modernistas foi, provavelmente, ter interpretado essa diversificação científica e teórica como indício de uma crise da razão

moderna, quando esses enfoques da incerteza, da complexidade, do caos, nada mais são do que o seu pleno desenvolvimento. Essas "novas racionalidades" constituem o núcleo da modernização reflexiva. A noção de *feedback*, por exemplo, central nos exemplos de avanços científicos que acabamos de mencionar, é uma noção-chave para a ação reflexiva. O *feedback* é uma retroação que permite modificar aquilo que precede por aquilo que segue. É um dispositivo de regulação das causas pelos efeitos, que implica um conhecimento e uma avaliação permanentes dos efeitos das ações. É um fundamento das abordagens incrementais e procedimentais que revolucionaram muitos campos e particularmente as relações entre estratégia e tática, a gestão das empresas, o planejamento. É um elemento dos chamados métodos heurísticos, que procedem a avaliações sucessivas e hipóteses provisórias para permitir agir estrategicamente em contextos cada vez mais incertos. Cada ação se fundamenta sobre uma hipótese de resultado; a análise do resultado permite então refinar ou invalidar a referida hipótese. A qualidade e a velocidade do retorno da informação são decisivas e originam técnicas novas de monitoramento que superam as usuais planilhas gerenciais. O conhecimento não está mais separado da ação, mas está dentro dela.

Uma sociedade do risco

Paradoxalmente, o desenvolvimento das ciências e da tecnologia é, de certa forma, fator de risco em relação ao projeto moderno. De fato, o risco é um conceito moderno que difere do perigo. O perigo é o que ameaça ou compromete a segurança, a existência de uma pessoa ou coisa. O risco é um

perigo eventual, mais ou menos previsível e mensurável. Um risco pode ser potencial (hipotético) ou concreto. Em situação de incerteza, a primeira etapa de uma análise racional consiste em formular hipóteses de risco. O risco surge então quando a natureza e a tradição perdem sua influência e os indivíduos devem decidir por si mesmos e, por conseguinte, eles se esforçam para avaliar as probabilidades de um determinado acontecimento e suas eventuais consequências.

O risco aumenta com o processo de modernização, pois o perigo e o conhecimento que ele produz são maiores.

De um lado, as tecnociências, pelos próprios instrumentos com os quais elas dotam certos atores privados e públicos, criam novos perigos, como indicam os atuais problemas ambientais. Certamente, ao mesmo tempo, outros riscos passam a ser controlados. Mas o "risco zero" é um horizonte que recua quando pensamos alcançá-lo. Além disso, os riscos localizados e pessoais são substituídos por outros mais amplos ou planetários. O próprio desenvolvimento dos modos de comunicação e de transporte amplia a sua difusão e seu conhecimento. A distância espacial e temporal entre as causas e seus eventuais efeitos também aumenta, formulando, de forma inovadora, a questão da responsabilidade e da ética.

Por outro lado, o risco cresce porque o conhecimento reflexivo transforma a inconsciência do perigo, a incerteza ou o que em outros tempos era considerado como a vontade dos deuses, em um futuro em parte previsível e eventualmente controlável; o avanço das ciências dessacraliza e "desnaturaliza", assim, os perigos, e transforma o destino, o contingente, o acaso, em objetos de conhecimento, em realidades

potencialmente calculáveis e mensuráveis. A elevação considerável do "nível" de educação, da cultura científica e da informação difunde socialmente esse fenômeno. A sociedade traduz, assim, cada vez mais, suas dificuldades, seu temor e sua insegurança em termos de risco, isto é, em termos de perigos que ela deve ser capaz de identificar, medir e gerir. Surgem assim novos conhecimentos especializados (a cindínica, ou ciência do perigo, a gestão de riscos etc.), dispositivos cada vez mais presentes na vida cotidiana e novas regras de atuação, como o princípio da precaução, por exemplo, que deve aplicar-se quando os *experts* se declaram incompetentes ou não chegam a um acordo.

Os riscos são assim construídos socialmente e repousam sobre o estabelecimento de normas específicas. Ocupam cada vez mais o centro da vida de todos e do debate público em um mundo moderno que não pode evitar os perigos, mas que pode tentar decidir quais ele aceita e a que preço.

Uma autonomia crescente ante os limites espaciais e temporais

Os novos meios de transporte e armazenagem de pessoas, informações e bens, que a sociedade desenvolve e disponibiliza para organizações e indivíduos, permite a estes uma certa emancipação de limites espaciais e temporais. De um lado, a presença física e a proximidade não são mais necessárias para um certo tipo de troca ou prática social, pois é possível telecomunicar-se ou deslocar-se mais rapidamente. Por outro lado, a simultaneidade ou a sincronização das ações são menos indispensáveis, pois muitas delas podem acontecer de maneira defasada ou assincrônica, graças às secretárias eletrônicas, gravadores ou serviços de mensagem de todo tipo.

É cada vez mais possível escolher individualmente lugares e momentos de comunicação e de troca.

O aumento das possibilidades de ação e interação em uma distância espacial e temporal é tal que os indivíduos podem ter a impressão de poder estar em muitos lugares e tempos simultâneos. Um sentimento de ubiquidade e multitemporalidade acompanha assim um duplo processo de "deslocação" e de "desinstantaneamento".

A deslocação se traduz concretamente pelo enfraquecimento progressivo das comunidades locais. Isto não significa, evidentemente, o desaparecimento de toda a vida local, das relações sociais de proximidade, das escolhas locais; porém, o local já não é o lugar obrigatório da maioria das práticas sociais nos diversos campos do trabalho, da família, do lazer, da política, da religião etc. Todavia, os novos instrumentos de transporte e de comunicação abrem novas possibilidades de escolha em matéria de localização residencial, de atividades, e mudam a natureza do "local": este não é herdado ou imposto, porém é resultado das lógicas reflexivas, das decisões que são tão mais complexas quanto maiores forem os meios de deslocamento ou de telecomunicações disponíveis a indivíduos ou organizações. Isto não evita problemas de coesão social, pois estas lógicas podem resultar em novas formas de segregação.

Uma individualização cada vez mais pujante

Na sociedade moderna, os indivíduos não só podem escolher, mas devem fazê-lo continuamente. O trabalho, o consumo, a religião, o próprio corpo, tudo se torna, ou parece tornar-se, passível de decisões. As escolhas individuais são sempre, ao menos em parte, determinadas socialmente, mas o sistema em que se constroem essas decisões é mais complexo; os indivíduos, assim como as organizações, estão mais conscientes de decidir sob uma racionalidade limitada, e suas escolhas dependem de um maior número de interações. Tanto as escolhas mais importantes, quanto as pequenas decisões cotidianas tornam-se assim sempre singulares.

A multiplicidade de escolhas que os indivíduos enfrentam, que variam segundo seus próprios meios, dá origem a "perfis" de vida e de consumo, cada vez mais diferenciados, tornando cada vez menos perceptível a pertinência eventual a grupos sociais, apesar da permanência, sempre forte das determinações econômicas e socioprofissionais. Esta diversificação coloca problemas tanto do ponto de vista sociopolítico – como representar interesses dos mais variados? –, quanto do ponto de vista econômico. Torna-se cada vez mais difícil fundamentar uma campanha de marketing em algumas categorias-tipo, que se trate de categorias socioprofissionais, de idade, de níveis de renda, estilos de vida ou perfis psicossociológicos. As tipologias se desdobram em grupos cada vez menores. Os marketeiros, depois de um esforço de recortar o mercado em "grupos de identidade restrita" e em "nichos", se veem hoje obrigados a considerar a singularidade crescente das demandas efetivas ou potenciais dos consumidores. A multiplicação das opções e a personalização (o *one-to-one*) são o *nec plus ultra* da indústria e dos serviços. Os produtores e os distribuidores criam assim megabases de dados a fim de conhecer de forma personalizada seus compradores potenciais e se esforçam em diversificar suas atividades para adaptar-se aos seus hábitos e desejos. As novas tecnologias da informação e da comunicação exercem, nesse assunto, um papel decisivo.

Uma diferenciação social cada vez mais complexa

A diferenciação social é crescente e marca de forma cada vez mais forte todas as esferas da vida social. A divisão social do trabalho se acentua e se expressa simultaneamente nas especializações profissionais mais numerosas e definidas, e em uma globalização econômica que a induz a mudar de escala. A globalização se distingue das fases anteriores da internacionalização da economia, pelo fato de não se tratar somente da movimentação de homens, capitais, matérias-primas e mercadorias, mas por efetivar-se através da organização do processo de produção em uma escala internacional e por uma mobilidade generalizada. A globalização, associando sociedades locais diversificadas em um mesmo processo produtivo, amplia a diferenciação social através de uma diferenciação territorial. Ela contribui também para uma diferenciação cultural, pois no mesmo movimento em que parece "homogeneizar" as práticas e status sociais, difundindo os mesmos objetos, as mesmas referências e quase os mesmos modos de organização, a globalização amplia, de forma inédita, o espectro sobre o qual os indivíduos, grupos e organizações podem realizar suas escolhas e desenvolver suas particularidades.

A diferenciação social transforma igualmente as estruturas familiares e seu funcionamento. A família típica – casal com filhos, que constituía a referência econômica e política dominante – é hoje em dia minoritária. Mas as famílias tradicionais são, elas mesmas, cada vez mais diversificadas, pois quase um quarto delas foi "recomposta", induzindo a uma estruturação familiar cada vez mais complexa, que demógrafos e juristas têm dificuldade em classificar, com filhos que têm até oito avós, sem contar os meio-irmãos, os irmãos postiços e as quase cunhadas.

A diferenciação dá-se também pela diversificação das histórias de vida. Os ciclos de vida, outrora marcados por algumas grandes etapas, quase idênticas para todos, conhecem, hoje em dia, episódios variados, cíclicos, com o regresso de jovens adultos ao domicílio familiar após uma experiência de distanciamento ou o retorno ao celibato de divorciados. A diversidade cresce igualmente pela aceleração das mudanças nos modos de vida e nos sistemas de valores. Outrora, cada geração reproduzia aproximadamente os costumes das gerações precedentes, nas diversas etapas dos ciclos de vida. A aparição do fenômeno dos *teenagers* nos Estados Unidos do pós-guerra evidenciou o enfraquecimento dessa reprodução intergeracional. Hoje, numerosos observadores consideram, por exemplo, que a proximidade intergeracional dos adolescentes é mais forte em múltiplos campos, particularmente no lazer (música, esporte, leitura), do que dentro do mesmo seio socioprofissional. As desigualdades sociais subsistem, algumas se aprofundam, mas, para uma parte cada vez maior da população, elas implicam diferenças de grau, e não de natureza, e elas não se imobilizam constituindo categorias homogêneas. Na realidade, o preço da maioria dos artigos de consumo tem aumentado, chegando, no caso dos automóveis, a mais de cinquenta vezes.

A mobilidade social é o corolário da diferenciação. Ela aumenta muito lentamente, porém os indivíduos apresentam trajetórias de vida e práticas cotidianas menos determinadas, do que antigamente, pelas suas origens sociais. A socialização inicial, pelo contato com o círculo paterno, perde valor relativo em proveito de formas mais amplas de socialização nas quais os meios de comunicação, informação e de deslocamento adquirem um papel

cada vez mais significativo. Esse processo concerne evidentemente menos às categorias extremas, como os jovens de conjuntos habitacionais ou aqueles de bairros nobres, cuja socialização é mais restritiva ou se efetuou em meios mais homogêneos.

A mobilidade física das pessoas e das informações participa também ativamente na diferenciação social, sendo ao mesmo tempo um instrumento e uma resultante. Ela torna possíveis contatos e trocas, esporádicas ou regulares, mesmo sem proximidade. Expande também as bases sobre as quais as diferenciações e as afinidades podem se apoiar.

Os indivíduos passam a ter um multipertencimento social, passam a ser socialmente plurais. Suas práticas, seus sistemas de valores, suas escolhas individuais resultam de socializações e circunstâncias diversificadas. Por exemplo, o esporte praticado por um indivíduo estará mais relacionado com sua origem geográfica, a música que escuta terá relação com a sua faixa etária, seu trabalho dependerá significativamente das origens socioprofissionais de seus pais, suas escolhas turísticas serão fortemente determinadas por uma negociação familiar, seu voto político dependerá do lugar onde mora etc.

A diferenciação social parece assim ir pulverizando-se pouco a pouco, em uma sociedade na qual os indivíduos, mais diferenciados e autônomos, compartilham apenas momentaneamente valores e experiências sociais.

2. A emergência da sociedade hipertexto

Apesar dessa aparente pulverização da sociedade em indivíduos mais autônomos, a socialização não desapareceu. E contrariamente ao que afirmam às vezes os políticos, os vínculos sociais não foram rompidos. Seguramente algumas pessoas e grupos sociais experimentam sérias dificuldades e um considerável segmento da população está excluído do mercado de trabalho e encontra-se "desfiliado"; é fato que a diferença entre mais ricos e mais pobres aumentou em praticamente todos os países desenvolvidos e a sociedade assiste a surtos de violência e incivilidade. Mas estamos longe de cair em uma anomia massiva ou escorregar na barbárie. Pelo contrário, as exigências de segurança, de civilidade e estado de direito vêm crescendo. As sociedades ocidentais, por enquanto, parecem perseguir sua modernização sem sofrer ameaças essenciais e sem que apareça alguma alternativa verdadeiramente fiável. Não ocorre evidentemente o mesmo em outras sociedades que se encontram realmente em processo de dissolução: seja porque elas se encontram brutalmente incluídas na globalização e experimentam de forma acelerada e acentuada os dramas sofridos pela Europa nos séculos 19 e 20; ou porque, inversamente, estão excluídas da globalização e se afundam na fome, na guerra e na doença.

Novos tipos de relações sociais

Fica evidente que a busca da modernização em países já profundamente modernizados não provoca o desaparecimento das relações sociais. A socialização "funciona", mas os vínculos mudam de natureza e de suporte.

Os vínculos fortes, espessos, tradicionais, que conectavam (uniam) antigamente indivíduos homogêneos, nas comunidades rurais e medievais, eram muito sólidos, multifuncionais e quase não necessitavam de leis ou aparatos estatais para codificá-los ou

preservá-los. Os indivíduos passavam sua vida ao lado das mesmas pessoas. Com a transição da comunidade rural ou burgo para uma sociedade urbana e industrial, os laços entre indivíduos diferentes diversificaram-se, multiplicaram-se e começaram a se especializar. Mas, nas cidades, subúrbios e burgos do século 19, o vizinho era frequentemente um colega, um amigo, um parente, um correligionário, um companheiro de luta. Hoje, ao contrário, a vida nas cidades se desenvolve em outra escala, e a coincidência das diferentes esferas das relações sociais está cada vez menor. Os vizinhos são raramente amigos de infância, colegas, parentes, amigos. Todo dia e ao longo da vida, cada pessoa entra em contato com um número crescente de outros indivíduos, dentro e fora do trabalho; dali é possível escolher um ou mais cônjuges sucessivos, escolher amigos e vizinhos. Pode-se utilizar nas relações uma ampla gama de meios: o uso das telecomunicações permite diversificar as formas de interação, o automóvel tornou-se a principal ferramenta de encontros pessoais. Os vínculos econômicos e técnicos socializam também os consumidores através de bens e de serviços comerciais: nossa alimentação cotidiana e os objetos que utilizamos são em grande medida produtos concebidos e distribuídos por multinacionais, a mais ínfima das atividades encontra-se inserida, de fato, em uma multiplicidade de relações.

Os vínculos sociais multiplicaram-se extraordinariamente. Sua natureza é diversificada e eles se apoiam em modos de comunicação múltiplos; trocar mensagens na internet e encontrar-se em um bar são interações qualitativamente diferenciadas. Os vínculos estão mais "débeis" que em outros tempos e também mais frágeis. Por outro lado, ficou mais fácil produzirem-se novos: é a "força dos

vínculos fracos". O tecido social constituído pelos vínculos sociais contemporâneos muda, assim, de textura. Está cada vez mais composto de "fios" muito finos, de todo tipo, que não lhe dão mais solidez, mas lhe conferem esbelteza e elasticidade. Este tecido, constituído de fibras diversas, é também social e culturalmente diversificado.

Uma estrutura social em redes

As estruturas sociais que surgem hoje, baseadas em vínculos frágeis e muito numerosos, e entre organizações e pessoas afastadas entre si, são de tipo reticular. A sociedade se estrutura e funciona como uma rede, ou melhor, como uma série de redes interconectadas, que asseguram uma mobilidade crescente de pessoas, bens, informações. É a generalização dessa mobilidade que torna obsoletas as estruturas aureolares antigas fundadas em processos de "difusão", limitadas espacialmente em áreas de mobilidade restrita. Essa organização em rede funda uma nova solidariedade de fato, como um sistema de interdependência entre as pessoas. Depois da "solidariedade mecânica" da comunidade rural e da "solidariedade orgânica" da cidade industrial, surge uma terceira solidariedade, "comutativa", que relaciona pessoas e organizações pertencentes a uma multiplicidade de redes interconectadas. O desafio para a democracia consiste então em transformar essa solidariedade comutativa em uma solidariedade "reflexiva", ou seja, uma consciência de pertencimento a sistemas de interesse coletivo.

Uma multiplicidade de pertinências sociais

A sociedade se compõe hoje de indivíduos "multipertencentes", que se desenvolvem em campos

sociais distintos. Os campos mais importantes são o trabalho, a família, o lazer, a vizinhança, as organizações religiosas e sociopolíticas. Antigamente, nas comunidades rurais, esses diversos campos sociais se confundiam. Com o desenvolvimento da sociedade urbana e industrial ocorreram as primeiras dissociações, mantendo ainda algumas sobreposições. Hoje, suas intersecções são cada vez menos numerosas, formando uma espécie de multiplicidade de camadas sociais interligadas pelos próprios indivíduos ao passar de uma para a outra, várias vezes ao dia.

Os indivíduos se deslocam, real ou virtualmente, em universos sociais distintos articulados em configurações diferenciadas para cada um deles. Formam um hipertexto, como as palavras que se conectam em um conjunto de textos informatizados. O hipertexto é o procedimento que permite "clicar" sobre uma palavra de um texto e acessar essa mesma palavra em uma série de outros textos. Em um hipertexto, cada palavra pertence simultaneamente a vários textos; em cada um deles participa na produção de sentidos diferenciados interagindo com outras palavras do texto, porém segundo sintaxes que variam eventualmente de um texto para outro. A digitalização das imagens abriu a possibilidade de construir igualmente hipermídias, que estabelecem vínculos entre textos, documentos sonoros e imagens (o prefixo hiper é utilizado aqui no sentido matemático de hiperespaço, ou seja, espaço de *n* dimensões).

Os indivíduos estão assim inseridos em campos sociais distintos, como as palavras nos diferentes documentos de um hipertexto. Eles interagem de um lado com colegas, segundo uma "sintaxe" profissional, e de outro com parentes, segundo uma "sintaxe" familiar, em um terceiro com parceiros, segundo uma "sintaxe" esportiva etc. Estamos diante de "indivíduos-palavra", que constituem por si só os principais vínculos entre esses "textos-campos sociais". Passam de um campo para outro, seja se deslocando ou utilizando as telecomunicações. Quando um funcionário liga do trabalho para casa, de uma certa forma, muda de "texto".

Os diversos campos sociais são de natureza diversa. A participação das pessoas em cada um deles pode ser mais ou menos voluntária e duradoura. As interações podem ser econômicas, culturais, afetivas, recíprocas, hierárquicas, normatizadas, presenciais, escritas, faladas, telecomunicadas etc. Os campos têm escalas variadas (do "local" ao "global") e são mais ou menos abertos. As redes que estruturam esses campos podem ter a forma de estrela, de malha ou ser hierarquizadas. E os indivíduos fazem *code-switching*, ou seja, tentam fazer malabarismos com os diferentes códigos sociais para poder passar de um ao outro.

Esta metáfora do hipertexto permite, igualmente, renovar a identificação e a análise das desigualdades sociais. Nem todos os indivíduos dispõem efetivamente, por razões diversas, mas facilmente explicáveis pelas suas histórias sociais, das mesmas possibilidades de construir espaços sociais de *n* dimensões ou de passar de um campo para outro. Para certos indivíduos, as camadas das redes estão niveladas; seus campos econômicos, familiares, locais, religiosos se sobrepõem. Assim, os excluídos do mercado de trabalho não têm multipertinências; moram em conjuntos habitacionais, vivem de uma economia informal local e só encontram as pessoas do bairro. A possibilidade de deslocamento em uma série de campos abre potencialidades que não são

acessíveis a todos. Esta multiplicidade pode também causar a certos indivíduos problemas psicológicos complicados e tornar difícil a constituição de sua identidade. Mas a sociedade hipertexto renova profundamente as modalidades de constituição do social, bem como as identidades pessoais.

3. Do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo

As mudanças econômicas em curso estão apontando que as sociedades ocidentais começam a sair do industrialismo, ou seja, de um sistema econômico fundamentalmente baseado na indústria, definida como "o conjunto de atividades econômicas que tem por objeto a exploração das matérias-primas, das fontes de energia e de sua transformação, assim como dos produtos semielaborados e bens de produção ou de consumo"; e que estão entrando em uma economia cognitiva, baseada na produção, apropriação, venda e uso de conhecimentos, informações e procedimentos. Isto não significa que a indústria esteja fadada a desaparecer. Mas, da mesma forma como a agricultura passou com o capitalismo industrial a depender do modelo industrial, que havia redefinido tanto as suas finalidades quanto seus métodos e valores, a produção industrial depende, cada vez mais, das lógicas e poderes da economia cognitiva. Mais concretamente, a performance de uma empresa industrial, hoje em dia, depende primeiramente de sua capacidade de conhecer os mercados, de mobilizar as ciências e as técnicas, de inventar respostas, de desenvolver capacidades criadoras, de organizar processos, de gerir as reações ante os fatos, de analisar custos, de coordenar as ações, de lidar com a comunicação na ocorrência de uma crise. O caráter estratégico da economia cognitiva se confirma, de certa forma, pelo comportamento das grandes empresas dos países desenvolvidos, que parecem deixar a produção material para outros – e para o resto do mundo – e que se concentraram nas novas tecnologias, atraindo capitais e pessoas qualificadas do mundo inteiro, para assegurar o desenvolvimento.

Esta nova "economia cognitiva" aparece como a expressão da fase contemporânea da modernização no campo da economia. Dito de outra forma, a economia cognitiva é para a "sociedade hipertexto" e para a "sociedade comutativa", o que a economia industrial foi para a "sociedade urbana" e para a "solidariedade orgânica", e o que a economia mercantil predominantemente rural foi para a "comunidade" e "solidariedade mecânica" (ver quadro à página 58).

O fim dos futuros previsíveis e planejados

O sistema fordista, apesar de alguns percalços e crises, tinha funcionado bem por mais de meio século. Estava fundamentado sobre uma previsibilidade bastante grande do futuro. As empresas podiam produzir antes de vender, amortizar as variações do mercado através dos estoques e investir a longo prazo. Os trabalhadores podiam contar com o crescimento e esperar, a médio prazo, uma melhora do seu poder aquisitivo e das suas condições de vida. Eles consumiam os bens que produziam. Estavam protegidos em caso de doença e não tinham preocupação com a aposentadoria. Apesar de não ser o melhor dos mundos, como indicavam as constantes lutas sociais, a representação que a sociedade ocidental tinha de si própria era predominantemente otimista.

Esse sistema se apoiava na possibilidade de limitar as incertezas. O planejamento era um dos instrumentos-chave, em nível nacional, nas empresas, para o planejamento urbano e ordenamento do território. Entrou em crise progressivamente a partir do fim dos anos 1960. A produção repetitiva de massa entrou em choque com a diferenciação social e a diversificação das demandas. As tecnologias e os modos de organização que tinham garantido o crescimento da produção e da produtividade atingiram seus limites. As receitas keynesianas tornaram-se contraproducentes em economias mais abertas; as intervenções do Estado do bem-estar tornaram-se muito custosas e geraram toda ordem de efeitos perversos. A globalização, a aceleração dos movimentos de capitais, as políticas de transferência de regulação para o mercado só ampliaram o quadro de incertezas. O conjunto dessas transformações pôs em xeque as formas fordistas-keynesianas do industrialismo. Seus dispositivos baseados sobre o desempenho da repetição (a rotina taylorista e o consumo de massa), nas racionalidades simplistas delineadas por um ideal de previsibilidade (a programação e planejamento lineares) entram assim em crise, uns após os outros, acrescendo a incerteza e a instabilidade criadas pela dinâmica da modernização, mas criando igualmente as bases para o surgimento de uma nova forma de economia de mercado.

Uma nova economia do conhecimento e da informação

A expressão "nova economia" está muito em voga hoje, mas carece de precisão. Ela engloba os setores de produção de novas tecnologias da informação e comunicação (*hardware* e *software*), a net-economia (as atividades econômicas diretamente vinculadas ao uso da internet), e mais amplamente a economia cognitiva (indústrias e serviços nos quais predominam a produção, a venda e o uso do conhecimento, da informação e procedimentos). O desenvolvimento desta economia se inscreve no processo de modernização e está em ressonância com a emergência da sociedade hipertexto.

Trata-se, pois, de uma economia cada vez mais reflexiva que incorpora sob as formas mais diversas o progresso das ciências e das técnicas: mediante o desenvolvimento de máquinas cada vez mais sofisticadas, que integram um sem-número de tecnologias de informação e comunicação (TIC), empregando uma mão de obra globalmente mais qualificada em tarefas cada vez menos repetitivas, recorrendo a métodos de gestão que exigem uma informação rápida e abundante para enfrentar as maiores incertezas e as escolhas mais complexas. A característica essencial dessa nova economia é que uma parte crescente das atividades econômicas e dos valores que ela produz depende do capital cognitivo, incorporado nos homens, nas máquinas e na organização. Os modelos industriais de produção tornam-se inúteis e o valor do capital, difícil de medir, pois uma boa parte se constitui de "ativos intangíveis", ou seja, de saberes e de conhecimento, de modos de funcionamento, de relações pessoais, de criatividade etc.

A nova economia também está mais individualizada, tanto em matéria de consumo, quanto de produção. Os consumidores exigem produtos cada vez mais diversificados e específicos, um "sob medida industrial"; o conhecimento das suas necessidades torna-se assim uma das chaves da competitividade do comércio, dos serviços e da indústria. A evolu-

ção da produção industrial é também testemunha do processo de individualização, seja em se tratando das qualificações, níveis e carreiras dos trabalhadores, dos modelos de organização, do funcionamento por projetos, onde cada um encontra uma posição temporária em um coletivo de trabalho, ou ainda dos horários de trabalho flexíveis e assincrônicos.

Enfim, essa nova economia está também mais diferenciada. A divisão do trabalho não para de se aprofundar, a qualificação dos trabalhadores aumenta e as empresas tornam-se mais especializadas. Esta evolução se acentua pela terceirização crescente praticada pelas grandes empresas. De fato, o progresso das técnicas de transporte e de comunicação rebaixa os custos das transações e facilita o acesso ao mercado. A subcontratação, as *joint ventures*, as parcerias, *os franchisings* substituem o modelo organizacional da grande indústria.

Uma economia mais urbana

A produção e os serviços deixam as empresas, atribuindo ao contexto espacial uma importância econômica nova. Antes, a maior parte da atividade das grandes empresas se desenvolvia no seu próprio recinto. Hoje, com a exteriorização de uma parte crescente da produção e dos serviços, a atividade acontece cada vez mais fora de seus muros, transformando de fato as cidades e os territórios em espaços produtivos. Isto aumenta a importância das "externalidades" de toda ordem, e gera novas responsabilidades para o poder público que deve contribuir, mais do que nunca, para a criação de um ambiente material, econômico, social e cultural propício às atividades econômicas. Porém, as recomposições e reconversões rápidas e brutais das empresas, a mobilidade dos capitais, a aceleração dos ciclos de produção e desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação modificam também o potencial qualitativo dos territórios e tornam frequentemente obsoletas as antigas especializações industriais locais. O desenvolvimento econômico das cidades repousa cada vez mais na sua acessibilidade, na sua conexão com as grandes redes de transportes terrestres e aéreos, e ainda no potencial da mão de obra qualificada. A atração das jovens camadas médias e superiores torna-se assim um elemento central das políticas urbanas, que prioriza a qualidade de vida, os equipamentos educativos, a cultura, o lazer e ainda a imagem da cidade, dentro do coração do desenvolvimento local.

O uso dos meios de transporte rápido e das telecomunicações pelas empresas contribui assim para reestruturar cidades e territórios. O desenvolvimento da net-economia (comércio eletrônico de varejo e entre empresas, ou "e-comércio", e-formação e teleducação, e-recrutamento e e-mão de obra temporária, e-saúde e telemedicina, e-seguros, e-bolsa, e-segurança e televigilância, e-informação e telenotícias etc.) muda os critérios de localização das atividades e participa principalmente na reconfiguração das centralidades e na especialização comercial. Os distritos empresariais veem reforçado seu papel através das atividades altamente qualificadas e de alta intensidade informacional. A logística torna-se uma função-chave no processo de produção e suscita novos tipos de equipamentos multimodais e multisserviços (as plataformas logísticas). Os aeroportos passam a ser rodeados de inúmeras e variadas empresas atraídas pela acessibilidade aérea e terrestre.

O papel das tecnologias da informação e comunicação

A dinâmica da economia capitalista persiste e assume um papel crescente na sociedade, principalmente porque uma grande parte das atividades humanas é objeto de produção e de serviços de mercado. As tecnologias da informação e da comunicação (TICs) desempenham um papel central nessa dinâmica. Elas não mudam por si só a sociedade, porém, suscitadas e utilizadas pelos atores econômicos e pelos consumidores, elas podem contribuir para dar-lhe uma nova forma, pois estão especialmente adaptadas a ela. De fato, por um lado, integram-se ativamente nas dinâmicas de racionalização, de individualização e diferenciação da sociedade hipertexto; e, por outro, são ferramenta e suporte do capitalismo cognitivo que pode aproveitar – no sentido mais amplo da palavra – os rápidos avanços dos seus resultados. Estes estão amplamente ligados à digitalização que, ao modificar de maneira decisiva a produtividade na produção, a acumulação e a circulação da informação, contribui de maneira determinante para a dinâmica do capitalismo cognitivo. As TICs participam também ativamente da aceleração de todos os movimentos de pessoas, informações e bens, levando em conta que todo aquele que produzir uma diferença, principalmente em termos de rapidez, estará especialmente bem inscrito nas lógicas capitalistas baseadas na concorrência e na acumulação.

Essas tecnologias estão longe de ter esgotado suas potencialidades. Elas ocupam progressivamente, como já havia acontecido com a eletricidade anteriormente, uma posição genérica, penetrando em todos os setores econômicos e todas as esferas da vida social. Já não existe nenhuma indústria, ciência ou tecnologia cujo desenvolvimento não dependa do uso das TICs, particularmente nos novos campos, como o da genômica ou da cognítica.

A internet tem neste contexto um papel principal, funcionando como uma metamídia que associa e articula os diversos modos de produção e de circulação das informações. De fato, assistimos progressivamente à "convergência" em torno da internet de todos os meios de comunicação, bem como a aparição de novos objetos que se integram a objetos móveis como a televisão, o computador, a agenda, o livro, a máquina fotográfica e a filmadora.

Novas regulações do capitalismo cognitivo

A acumulação e a concentração de capital seguem crescendo de forma acelerada no contexto da globalização e da nova economia cognitiva. Mesmo em campos muito novos, as atividades se organizam e se reorganizam em nível mundial em torno das maiores empresas. O processo de crescimento e de crise também aumenta, e não devemos nos iludir com o fenômeno do *start-up*, cuja existência independente é bastante breve, tampouco pela proliferação de pequenas e médias empresas, ainda dependentes dos grandes grupos, mais ou menos de forma direta e durável. Não se pode, pois, confundir o fim do industrialismo com o fim da economia capitalista. As leis econômicas não são novas, mas se aplicam em um contexto diferente. O mercado talvez esteja mais transparente, os custos de transação mais fracos, as informações menos assimétricas, os sistemas de adaptação da oferta e da procura mais sincrônicos, as origens do valor diferentes, os modelos de produtividade renovados: só resta que a dinâmica de acumulação prossiga, e isto tem tudo para acontecer.

A economia cognitiva conhece e conhecerá, portanto, múltiplas disfunções do capitalismo: suas oscilações e crises econômicas, sociais, ambientais, ao mesmo tempo em que os interesses sociais aumentam e a concorrência entre empresas e territórios se acirra. Deve ser, portanto, "regulado", pois ele não pode funcionar de forma sustentável sem instituições representando as diversas coletividades sociais e territoriais, sem regras comuns, sem poderes coletivos legítimos e capazes de fazer respeitar essas regras, sem intervenções corretivas e compensadoras, sem modalidade de gestão de conflitos.

Porém, as regulações desenvolvidas no período precedente funcionam cada vez pior no contexto do capitalismo cognitivo, entre outros motivos porque a globalização contribui em minar as bases nacionais dos Estados de bem-estar social, tornando ineficazes as políticas keynesianas, pois a relação salarial fordista dá espaço a contratos de trabalho muito mais instáveis, os investimentos privados de longo prazo tornam-se raros, o ciclo dos produtos se encurta, e porque emergem novos problemas sociais e novas desigualdades. Todavia, um novo tipo de regulação parece se esboçar, ao qual poderíamos classificar de "regulação de parceria", na medida em que os atores, com lógicas diferenciadas e com interesses divergentes e conflitantes em uma série de pontos, se esforçam ou são obrigados a elaborar gestões comuns, negociar compromissos duradouros e criar instituições coletivas.

O capitalismo cognitivo apoia-se ainda mais fortemente do que o capitalismo industrial sobre a Bolsa e sobre o capital financeiro, sendo que esses são hoje em dia fortemente alimentados pela poupança dos assalariados e dos profissionais liberais que utilizam o mercado de ações para assegurar uma parte crescente da sua proteção previdenciária e primordialmente garantir e financiar sua aposentadoria. O fordismo transformou os trabalhadores de massa em consumidores. Atualmente o trabalhador-consumidor torna-se acionário, diretamente comprando ações, indiretamente pelos investimentos das caixas de aposentadoria. Esses "Fundos de Pensão" assumem uma importância social e econômica considerável, tornando-se investimentos imobiliários. Por outro lado, a crise do Estado do bem-estar, que também é uma crise do seu modo de organização e de sua performance, leva o poder público nacional e local a recorrer cada vez mais a atores privados para assegurar todo tipo de prestações, mesmo tendo que subsidiar esses atores ou mesmo aqueles que devem comprar seus produtos e serviços. As concessões e as parcerias público-privado multiplicam-se sob diversas formas. A globalização, o enfraquecimento das barreiras aduaneiras, a aceleração dos movimentos de bens, de homens, de informações e de capitais tornam necessária a criação ou o reforço das instituições supranacionais de regulação, enquanto o poder público local tem seu papel econômico e social reforçado em um contexto de concorrência interterritorial exacerbado pela internacionalização e pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação.

As parcerias entre diferentes tipos de atores são uma forma "reflexiva" de regulação mais adaptada a uma sociedade aberta, diversificada, móvel e instável. As instituições que derivam das parcerias dão uma relativa estabilidade em um contexto marcado por incertezas de todo tipo.

A amplitude das convulsões sociais, econômicas, culturais, políticas e territoriais engendradas pelo surgimento da sociedade hipertexto e do capitalismo

cognitivo reafirma a tese sobre a entrada das sociedades ocidentais em uma nova fase do processo de modernização. Esta, como as duas precedentes, faz necessárias mutações múltiplas, ao mesmo tempo em que as gera. Assim, a sociedade hipertexto e o capitalismo cognitivo provocam uma terceira revolução urbana moderna. É ela que agora iremos caracterizar, para deduzir os problemas específicos que ela apresenta e os desafios mais gerais da sociedade moderna avançada, os princípios e os métodos de ação para a concepção, a produção e a gestão das cidades.

Quadro esquemático de dinâmica da modernização ocidental e do contexto das três revoluções urbanas modernas

	Comunidade	**Sociedade industrial**	**Sociedade hipertexto**
Elos sociais	Pouco numerosos, curtos, não diversificados, não estabelecidos através de mídias, estáveis, fortes e multifuncionais	Mais numerosos, de diversos tipos, evolutivos, fortes, em vias de especialização	Muito numerosos, muito variados, através de mídias e diretos, frágeis, especializados
Tipo de solidariedade	Mecânica	Orgânica	Comutativa
Territórios sociais (espaço das relações sociais)	Amplamente autárquicos e fechados, de caráter local	Integrados em um conjunto mais amplo, semiabertos, de base nacional	Abertos, múltiplos, mutantes, em escalas variáveis (do local ao global), reais e virtuais
Morfologia socioterritorial	Alveolar	Aureolar	Reticular
Paradigmas dominantes	Crenças, tradição e continuidade, destino, força, autoridade, sabedoria	Razão universal, funcionalidade, simplificação e especialização, democracia representativa	Complexidade, incerteza, autorregulação, flexibilidade, governança
Ações	Repetitivas e rotineiras	Racionais	Reflexivas
Principais regulações	Costumes, chefe	Estado e leis	Sistemas estatais, subsidiários, direito e contratos, parcerias, opinião pública
Atividades econômicas dominantes	Agrícolas	Industriais	Cognitivas
Cultura	De caráter dominantemente local	Fortes componentes socioprofissionais	Diversificada e híbrida (multipertinência social e cultural)
Tipo urbano dominante	Cidade-mercado	Armadura urbana hierarquizada, cidades industriais	Sistema metapolitano
Instituições	Paróquias, juntas de freguesias, Estado-nação	Comunidades, regiões, administração centralizada, Estado-nação de bem-estar social, pactos, alianças e tratados	Aglomeração, país, regiões, Estado-nação de bem-estar social, organizações internacionais e supranacionais, ONGs

capítulo 3

A TERCEIRA REVOLUÇÃO URBANA MODERNA

A primeira modernidade e sua revolução urbana suscitaram novas concepções, que classificaremos como paleourbanismo, e as primeiras utopias; a segunda modernidade e sua revolução urbana produziram os modelos e deram nome ao urbanismo. A terceira modernidade e sua revolução urbana fizeram emergir novas atitudes diante do futuro, novos projetos, modos de pensar e ações diferenciadas; é o que chamaremos de agora em diante de "neourbanismo" ou de "novo urbanismo" (ainda que esta expressão tenha assumido um sentido particular nestes últimos anos, notadamente nos Estados Unidos)[1].

Esta terceira revolução urbana já começou faz tempo: em trinta anos, a evolução foi considerável nas práticas dos cidadãos, nas formas das cidades, nos meios, motivos, locais e horários dos deslocamentos, das comunicações e das trocas, nos equipamentos públicos e serviços, na tipologia dos lugares urbanos, nas atitudes em relação à natureza e ao patrimônio etc. Surgiram inovações de grande importância na vida urbana, tais como o vídeo, o celular, os computadores pessoais e a internet. A generalização do segundo automóvel e do TGV (trem de grande velocidade) contribuíram igualmente para a modificação profunda do território. Mas essas mudanças apenas começaram. Existem

tendências substanciais a caminho, levadas a cabo e determinadas pelo novo processo de modernização. Trata-se de identificar essas tendências o mais precisamente possível, não só para prever o futuro ou decidir sobre ele, o que seria ilusório, mas também para avaliar o impacto que possam ter sobre as cidades e as formas de vida urbana e elaborar consequentemente instrumentos passíveis de ajudar a gerenciar da melhor forma possível essa evolução estrutural.

Cinco grandes mudanças parecem caracterizar a terceira revolução urbana moderna: a metapolização, a transformação dos sistemas urbanos de mobilidade, a formação do espaço-tempo individual, a redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, e as novas relações de risco.

1. A metapolização: as cidades mudam de escala e de forma

A metapolização é um duplo processo de metropolização e de formação de novos tipos de territórios urbanos, as metápoles.

Podemos definir a metropolização como a busca da concentração de riquezas humanas e materiais nas aglomerações mais importantes. É um processo constatado em todos os países em desenvolvimento, mesmo assumindo formas diversas com especificidades regionais e nacionais; resulta principalmente da globalização e do aprofundamento da divisão do trabalho em escala mundial, que tornam necessárias e mais competitivas as aglomerações urbanas capazes de oferecer um mercado de trabalho amplo e diversificado, a presença de serviços de altíssimo nível, um grande número de equipamentos e de infraestrutura, e boas conexões internacionais. O emprego, o comércio, os equipamentos de saúde, de educação, os culturais e de lazer das grandes aglomerações atraem igualmente a população mais qualificada.

A metropolização, como ocorreu com o crescimento das cidades, apoia-se no desenvolvimento dos meios de transporte de estocagem de bens, de informações e de pessoas (sistema bip) e nas tecnologias que potencializam seu rendimento. Assim, a velocidade de deslocamento das pessoas nas cidades europeias aumentou 30% em quinze anos, enquanto ao mesmo tempo se desenvolviam o telefone celular e o uso da internet, os CDs e as transmissões via satélite, e ainda generalizava-se o uso dos congeladores e dos fornos de micro-ondas. Esses meios de transporte e estocagem, eficazes e cada vez mais individualizados, conferem formas novas às aglomerações urbanas. Dessa forma, constituem-se "metápoles", ou seja, vastas conurbações, extensas e descontínuas, heterogêneas e multipolarizadas.

O processo de urbanização e crescimento das cidades, que acompanhou as duas primeiras fases da modernização e lhes serviu de ponto de apoio, se mantém, porém, sob novas formas. O crescimento interno das aglomerações, por extensão à periferia imediata e por adensamento, é substituído por um crescimento externo, ou seja, pela absorção, na sua própria zona de funcionamento cotidiano, de cidades, bairros e aglomerações cada vez mais distantes. Os limites e as diferenças físicas e sociais entre cidade e campo tornam-se cada vez mais tênues. A dilatação dos territórios

urbanos frequentados habitualmente pelos cidadãos enfraquece a importância da proximidade na vida cotidiana: o bairro deixa de ser o lugar de integração das relações de amizade, familiares, profissionais, cívicas; os vizinhos imediatos não são mais necessariamente os amigos, ou parentes, ou colegas, salvo nos guetos de ricos e pobres. O local muda de natureza e sentido: ele é cada vez mais escolhido e apenas contempla realidades sociais fragmentárias. De fato, mesmo os habitantes das cidades privadas norte-americanas (*gated communities* ou condomínios fechados) vivem na escala metapolitana: eles se deslocam bastante, cotidianamente e cada vez para mais longe.

As formas metapolitanas, muito ligadas aos meios de transporte e de comunicação, imprimem suas marcas progressivamente sobre todo o território, tanto nas zonas das grandes cidades quanto nas cidades médias. As estruturas das redes de transporte rápido (em *hubs* e *spokes*, ou seja, polos e conexões radiais) marcam cada vez mais os sistemas e redes urbanas. As cidades pequenas e médias se esforçam assim em se conectar da melhor forma possível às maiores aglomerações, para se beneficiar ao máximo da sua urbanidade (do seu potencial).

A metapolização, como a globalização, induz a um duplo processo de homogeneização e de diferenciação: homogeneização, porque os mesmos atores econômicos ou o mesmo tipo de atores econômicos estão presentes com as mesmas lógicas em todos os países e em todas as cidades; diferenciação, porque a competição entre cidades se amplia e se aprofunda, acentuando a importância das diferenças. As escolhas ao alcance dos atores locais são cada vez mais numerosas e a relação entre territórios "locais" com o "global" explicita e amplia as diferenças. Essa dupla dinâmica de homogeneização e diferenciação constitui o marco das políticas de desenvolvimento local e abre um campo de debate, de troca, de parceria entre os atores econômicos móveis e locais. A globalização estimula o local, porque é dentro dele que ela se confronta e toma vida. E é, em última instância, a diversidade entre territórios que estimula o movimento de pessoas, bens, capitais e informações.

2. A transformação do sistema de mobilidade urbana

A globalização e a metapolização se nutrem das tecnologias de transporte e de comunicação, e estimulam seu desenvolvimento. Porém, contrariamente ao que se teme ou se espera, essas tecnologias não abalam a concentração metropolitana, nem substituem as cidades reais por outras virtuais. O uso das TICs não substitui em absoluto os transportes: o presencial, os contatos diretos continuam sendo meios de comunicação privilegiados; a acessibilidade física e a possibilidade do encontro são mais do que nunca as principais riquezas das zonas urbanas. Exemplo disso é a rápida valorização imobiliária que ocorre próximo às infraestruturas de transportes, assim como a concentração espacial das atividades corporativas, do comércio e das atividades de lazer. De certa forma, assistimos a um paradoxo: o desenvolvimento das telecomunicações banaliza e acaba por desvalorizar tudo que é audiovisual – que se midiatiza e se estoca facilmente – e valoriza econômica e simbo-

licamente o que (ainda?) não se telecomunica, o "direto", as sensações táteis, olfativas, gustativas, os eventos, as festas... O *boom* das atividades esportivas e gastronômicas de lazer, o sucesso das salas de cinema multiplex, a crescente mobilidade ligada aos encontros familiares e amistosos, a importância dos grandes eventos esportivos e festivais são índices da importância renovada do presencial e da experiência direta na vida urbana.

Entretanto, as telecomunicações contribuem para uma transformação do sistema de mobilidade urbana, de bens de informações e de pessoas, bem como para novas estruturações espaciais. Assim, o comércio eletrônico substitui parte da mobilidade dos consumidores pelo transporte de informações via internet e pelo deslocamento comercial e profissional do entregador. Isto pode acarretar modificações importantes na localização de uma parte do comércio, já que os bens de consumo não precisam estar disponíveis nos centros comerciais de aluguéis caros, mas sim em entrepostos próximos a plataformas logísticas. A importância dos fluxos de entrega modificará igualmente os problemas e as modalidades de gestão da circulação urbana e dos estacionamentos, favorecendo particularmente o desenvolvimento dos sistemas de localização e de monitoramento via satélite. Porém, o comércio eletrônico não substitui o comércio "tradicional", ele o recompõe. O crescimento do consumo prossegue paralelo ao *e-commerce*. Entretanto, a atratividade das lojas se estabelece em novos termos: os consumidores devem poder encontrar produtos, informações e experimentar sensações que o comércio eletrônico não proporciona. Isto explica o desenvolvimento do "comércio de lazer", eventos comerciais, *showrooms*, objetos passíveis de ser tocados, grandes feiras onde se pode experimentar produtos e materiais, inclusive aprender a usá-los.

O uso dos meios de transportes rápidos e as TICs afetam também os antigos sistemas de centralidade e as organizações urbanas radioconcêntricas. O centro geométrico das cidades deixa de ser o lugar mais acessível, principalmente para os cidadãos que dispõem de automóvel. Assistimos assim, especialmente no campo comercial, a uma multiplicação das polarizações.

A terceira revolução urbana não gera, portanto, uma cidade virtual, imóvel e introvertida, mas sim uma cidade que se move e se telecomunica, constituída de novas decisões de deslocamento das pessoas, bens e informações, animada pelos eventos que exigem a copresença, e na qual a qualidade dos lugares mobilizará todos os sentidos, inclusive o toque, o gosto, o cheiro.

3. A recomposição social das cidades

A individualização do espaço-tempo

A maior individualização pressupõe mudanças na maneira como os cidadãos organizam seu território e emprego do tempo. Eles se esforçam para controlar individualmente seu "espaço-tempo" e, para tanto, utilizam mais intensivamente todos os instrumentos e tecnologias que aumentam sua autonomia, que abrem a possibilidade de se deslocar e de se comunicar da forma mais livre possível. Os meios de transporte individuais (automóvel, motos, bicicletas, patinetes etc.) expressam, cada um à sua maneira, essa crescente exigência de autonomia e velocidade. Os objetos portáteis e, antes

de tudo, o celular, são testemunhas dessa busca do "onde quero, quando quero, como quero". Esta exigência de autonomia torna-se assim uma obrigação, na medida em que a sociedade se organiza baseada nessa individualização. A história recente do celular indica: pouco a pouco, tornou-se indispensável na inserção na vida urbana, e mesmo aqueles que resistiram a tê-lo são obrigados, em algum momento, a adquirir um. A flexibilidade e a personalização crescentes de horários de trabalho ilustram igualmente o modo em que a sociedade se organiza hoje, fundamentada na individualização crescente, inclusive para maximizar os resultados econômicos.

O desenvolvimento dos meios de transporte e das telecomunicações abre para cada indivíduo equivalências e vínculos diretos entre espaço e tempo: as distâncias físicas não se traduzem mais em tempos fixos de deslocamentos, mas mudam conforme os modos de transporte e comunicação e segundo as horas; os cidadãos podem cada vez mais escolher o lugar e a hora da sua atividade; podem também arbitrar entre uma mudança de local (um deslocamento) e uma mudança temporal (uma dessincronização). De fato, as ferramentas, técnicas e modalidades que permitem modificar o tempo e o lugar das atividades individuais e coletivas constituem um dos principais traços da nova revolução urbana moderna. O uso do correio eletrônico ilustra perfeitamente essa evolução, pois permite a transmissão acelerada de informações e sua gestão coordenada a partir de qualquer lugar *conectável*.

Todas essas técnicas são, por sua vez, técnicas de dessincronização e ressincronização, de deslocamento e "substituição". O sucesso da dupla micro-ondas/congelador evocado anteriormente ilustra bem: favorece a autonomia alimentar dos indivíduos e ao mesmo tempo torna possível refeições coletivas de pratos individuais diferentes. É o instrumento por excelência da família contemporânea na qual os indivíduos se esforçam "em ser livres, juntos". O telefone celular é, ao mesmo tempo, instrumento de conexão e deslocamento: permite, por exemplo, a organização rápida e de última hora de organização das *raves*.

A preocupação de poder escolher o lugar e o momento da sua atividade é, ao mesmo tempo, uma resposta à incerteza de uma vida cotidiana menos rotineira, composta de minieventos, e ainda um fator de desmontagem da rotinização e de aumento das incertezas. A flexibilidade torna-se uma noção-chave dentro e fora do trabalho, pois permite a adaptação a um contexto mais variado e de circunstâncias menos previsíveis.

Isto conduz a uma crise dos antigos modos de regulação. A sirene da fábrica, o sino da igreja, o sinal da escola já não marcam o ritmo da vida urbana e o serviço de trânsito se revela cada vez mais incapaz de prever as horas ou os dias de congestionamento. O horário comercial se amplia para permitir a todos aceder a ele a qualquer momento, enquanto em alguns países, as cidades e diversos atores sociais buscam estabelecer novos dispositivos para assegurar a todos o acesso à cidade e a seus serviços: conciliação de horários, planos diretores temporais, centros comerciais e de serviços 24 horas. A sociedade promove igualmente vários eventos que têm o mérito de permitir "relocalizações" e ressincronizações coletivas, da escala do bairro à do planeta, do

almoço anual entre vizinhos aos torneios esportivos mundiais, passando por festivais, feiras, colóquios e congressos etc.

Novos tipos de serviços públicos

A individualização da vida urbana provoca também uma crise na concepção e funcionamento dos equipamentos e dos serviços públicos. Da mesma forma que os produtores privados enfrentam uma segmentação fina e flutuante do mercado, que obriga o desenvolvimento de um marketing personalizado, os serviços públicos, tradicionalmente concebidos para servir a todos, devem responder à falta de atualização de seus equipamentos e prestações ante a diversificação das necessidades sociais. O caso dos transportes públicos ilustra particularmente essa crise e a necessidade de desenvolver novas concepções. Nas metápoles, com efeito, os cidadãos se deslocam cada vez mais em todas as direções, a toda hora do dia e da noite, de formas diferenciadas e mutantes a cada dia ou temporada. Os deslocamentos pendulares domicílio-trabalho, tornaram-se minoritários, assim como os deslocamentos concêntricos. De fato, os transportes públicos, trens, bondes, ônibus clássicos foram concebidos segundo o modelo fordista, baseado em um princípio de repetição, de produção em massa e de economias de escala: o mesmo transporte, no mesmo itinerário, para todos, simultaneamente. Este tipo de transporte continua sendo eficiente, inclusive do ponto de vista ecológico, nas zonas densas e nos grandes eixos. Porém, isso só representa uma parte minoritária e decrescente dos transportes. Os habitantes das metápoles

que não dispõem de transporte individual, particularmente do automóvel, tornam-se deficientes, pois a cidade lhes é menos acessível com o transporte coletivo clássico, embora ela lhes seja cada vez mais indispensável. Com a diminuição das necessidades de mobilidade, decorrente do retorno aos centros antigos pela maioria da população, é preciso desenvolver serviços públicos de transporte mais individualizados, atendendo o conjunto dos territórios metapolitanos, combinando diversos modos de transporte e utilizando as possibilidades que oferecem as TICs, de modo a aproximar-se de um serviço "porta a porta", que seria, em relação ao transporte, o mesmo que o *one-to-one* é para o marketing.

A autonomia crescente dos indivíduos é redobrada pelo aumento da sua dependência ante os sistemas técnicos cada vez mais elaborados e socializados. Os mínimos atos cotidianos dependem assim de dispositivos complexos, geralmente de mercado. Estes constituem-se, de fato, nos pontos de apoio para desigualdades sociais, visto que as multiplicam, criando novas desvantagens. As dificuldades econômicas e/ou culturais de certos grupos sociais ou etários, que se utilizam desses instrumentos, são fatores de desigualdade que tornam mais importante o desenvolvimento de novos tipos de serviços públicos adaptados às cidades da terceira revolução urbana.

A complexidade das práticas sociais e das necessidades, e, ainda, a indispensável individualização do fornecimento tornam igualmente necessário recorrer a princípios de equidade mais do que de igualdade, quando da criação desses serviços e do seu correspondente financiamento.

4. A redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais

A diversificação dos interesses individuais e coletivos

A terceira fase de modernização caracteriza-se notadamente pela existência de vínculos sociais mais "frágeis", menos estáveis, porém muito mais numerosos, variados, conectados nas múltiplas redes da sociedade hipertexto. Nesse contexto, os grupos sociais, entendidos como grupos de pertinência, cujos membros compartilham de forma duradoura um grande número de características (renda, cultura, nível de formação etc.) tendem a perder sua importância objetiva e subjetivamente. Os indivíduos já não têm a sensação de compartilhar com outros indivíduos um grande número de interesses comuns, em diversos campos. Isto complica profundamente o funcionamento da democracia representativa que está precisamente fundamentada na capacidade de representar um grupo de eleitores entre duas eleições. Isto abala também aquelas organizações que pretendem integrar posições sobre os mais diversos assuntos em um mesmo conjunto ideológico ou programático. Esta evolução tem múltiplas consequências que conformam a terceira revolução urbana moderna.

Em primeiro lugar, ela torna necessária uma refundação da arquitetura institucional territorial e uma renovação das modalidades de funcionamento da democracia, em geral, e da democracia local, em particular. O encaixe de diversos níveis, assumindo o princípio de encaixe das bonecas russas (do bairro ao continente europeu, passando pelo município, aglomeração, estado, região, nação), não é mais viável a médio prazo, na forma atual. Em uma sociedade de *n* dimensões e em territórios que mudam de tamanho e de natureza, conforme as práticas e as mobilidades individuais, torna-se necessário elaborar dispositivos de âmbito estatal com escalas relativamente flexíveis, fundamentadas mais fortemente sobre o princípio da subsidiaridade, permitindo mecanismos de consulta à população e aos atores de forma continuada e diversa. A democracia eletrônica apresenta perigos, pois não deixa muito tempo para reflexão e debate, porém também abre outras possibilidades de enfrentar novos desafios da democracia.

Em segundo lugar, a dinâmica da sociedade hipertexto obriga a renovação profunda das modalidades de definição dos interesses coletivos e de construção pública das decisões, tratando-se desde o interesse geral à francesa ou mesmo do interesse comum anglo-saxão. O chamado "nimbismo" (*not in my backyard*, ou seja, não no meu quintal) e o desenvolvimento do contencioso no domínio do planejamento refletem a crise da legitimidade pública, a diversificação e a instabilidade dos interesses coletivos.

Em terceiro lugar, finalmente, assistimos à emergência de problemas ligados ao desenvolvimento de novas formas de segregação social. Estas são produzidas por diversos fatores. Primeiramente, existe uma tendência de formação de guetos de pobres, nos quais se agrupam, através de diferentes mecanismos econômicos, sociais e políticos, populações excluídas do desenvolvimento econômico, ou seja, rejeitadas pelas mudanças sociotécnicas. O desenvolvimento dos meios de transporte oferece novas possibilidades

de escolha das localizações residenciais, provocando agrupamentos de população em bases que podem ameaçar a coesão social e urbana. Assiste-se, assim, em certos países, à formação de bairros privados cercados de muros. Essas tendências à fragmentação social e ao fechamento espacial se somam à tentação de ruptura do pacto social e dos vínculos de solidariedade local e nacional. Esse movimento é acompanhado, em todo lugar, particularmente nos Estados Unidos, de uma recusa mais explícita em pagar impostos locais, sob o pretexto de que esses bairros poderiam tornar-se progressivamente autossuficientes. Por fim, um terceiro processo contribui, de certa forma, para a segregação social: trata-se do aumento da velocidade de deslocamento. Uma mesma "força segregadora" diferencia socialmente o espaço, no plano do edifício, em uma cidade onde nos deslocamos a pé a seis quilômetros por hora; no plano do bairro, em uma cidade onde nos deslocamos de ônibus ou bonde a vinte quilômetros por hora; e no plano do município, nas cidades onde o deslocamento é feito por automóvel a cinquenta quilômetros por hora. De fato, o aumento de velocidade dos deslocamentos leva a repensar as questões de mistura e de diversidade nas cidades contemporâneas.

Uma democracia de procedimentos e deliberativa, uma solidariedade mais reflexiva

O desafio que se coloca para a sociedade moderna avançada é o da renovação dos conceitos e das modalidades do político e da política, e da construção das decisões públicas, particularmente no campo das políticas urbanas. Aqui não é o lugar para discutir propostas concretas, mas fica claro que a democracia será tão mais eficaz, quanto mais estiver em consonância com as estruturas, os modos de funcionamento, os tipos de representação característicos da sociedade hipertexto. Isto implica uma democracia mais de procedimentos, mais reflexiva e mais "compreensiva", isto é, que considere um formato onde os próprios indivíduos representam suas situações, seus comportamentos, suas ações. O lugar que o debate deve assumir, não só na vida política, mas no funcionamento dos aparelhos públicos e estatais, não questiona a democracia representativa, as regras majoritárias e a responsabilidade dos políticos. Mas esta democracia "moderna avançada" deve ser mais deliberativa, pois em uma sociedade hipertexto complexa e não programável, não só a maioria dos problemas a resolver são imprevisíveis e não constituem objeto de um mandato dos eleitores, mas também as maiorias estáveis sobre várias questões tornam-se raras, enquanto as minorias variáveis se agregam de maneira aleatória, conforme as circunstâncias. O político deve considerar que a ação pública se constrói no âmbito local, atualmente, muito mais através da dinâmica dos projetos do que pela implementação de um programa, muito mais por soluções *ad hoc* do que pela aplicação de normas, mais através de consensos parciais do que por grandes acordos globais. Ainda assim, as regras gerais e as responsabilidades dos políticos não devem ser desagregadoras, mesmo quando houver desacordos explícitos em questões importantes ou tiverem fracassado todas as tentativas de se produzir um grande consenso. A legitimidade de uma decisão pública e sua eficácia são maiores, na medida em que tenha sido elaborada através

de um processo que reúna os protagonistas em torno de um projeto comum. Este suplemento de legitimidade, trazido pelo processo de negociação, é particularmente necessário em uma sociedade onde as referências e códigos proliferam. É a vantagem definitiva de uma governança interativa em relação aos métodos tradicionais de governo.

As reivindicações de classe, assim como o individualismo tal como se institucionaliza atualmente, não devem ser consideradas como egoísmo, mas como expressão de novas estruturas sociais que necessitam redefinir as noções de solidariedade e de responsabilidade. Então, em vez de se falar de um declínio da moral, deve-se vislumbrar, com essa modernidade avançada, uma "transição moral" que conduza à emancipação dos indivíduos ante as obrigações impostas por regras "superiores" e em relação às definições normativas do valor das condutas, que fundamentam o respeito às regras, aos códigos e aos valores coletivos, e a uma consciência reflexiva com sua real necessidade para a sociedade. É evidente, no entanto, que todos os problemas não poderão ser resolvidos pelo debate e, inclusive, para alguns deles, os conflitos serão inevitáveis e até necessários.

As cidades de todos os riscos

Se, como afirmava o ditado medieval "o ar da cidade liberta", a contrapartida é que a cidade é também local de todo perigo, físico e moral. De fato, as cidades foram sempre ambivalentes, do ponto de vista da segurança, garantindo proteções diversas, mas suscitando igualmente toda sorte de perigos. Essa dupla natureza da cidade pode ser constatada, atualmente, pela dinâmica da modernização que segue modificando as relações da sociedade e dos indivíduos, ante o acaso e os perigos que as transformam em riscos. A sociedade moderna tem como característica típica o esforço para controlar o futuro e, para tanto, busca conhecer e medir as probabilidades de acontecer tal ou qual problema para prever possíveis soluções. O risco, característico da modernidade, invade as práticas sociais e dá lugar a uma "sociedade do risco": tanto os indivíduos quanto os atores econômicos e sociais fazem do risco uma questão-chave e permanente da sua vida e de suas ações.

O paradoxo da modernização é que o desenvolvimento do conhecimento e da técnica, bem como a circulação acelerada e expandida das informações, aumentam os riscos: o progresso da ciência traz consigo a emergência constante de novos riscos relacionados à poluição, às emissões do gás carbônico na atmosfera, ao uso dos sistemas de refrigeração etc. O avanço da informação trouxe também a imediata difusão dos acontecimentos, contribuindo para a imagem de um mundo urbano pleno de perigos. Mas o aumento do risco não se traduz necessariamente no sentimento de que a sociedade está mais perigosa. Pois, de um lado, as necessidades de segurança aumentam e, de outro, certas incertezas aumentam efetivamente. O progresso da técnica é uma faca de dois gumes: abre novas possibilidades, mas também aumenta os estragos que pode provocar. Além disso, a sociedade hipertexto emergente tem dificuldade em achar novas formas de regulação, assiste-se assim, em muitos países, a um aumento da "violência urbana" e delitos de toda ordem.

Essa nova relação com os riscos, com a incerteza e com o futuro constitui, em grande parte, o sucesso das questões referentes ao desenvolvimento sustentável, afinal, em simultâneo, a busca do processo de modernização segue transformando a relação da sociedade com a natureza. Hoje a "natureza" é vivenciada como algo inserido no social, que supõe decisões de controle e proteção. A noção de "patrimônio natural" exprime uma atitude profundamente moderna de apropriação da natureza pelas sociedades humanas.

O aumento do risco na sociedade, isto é, a preocupação crescente com a segurança física, econômica, social, familiar, resulta das incertezas de toda ordem, bem como da ambição crescente de realização de projetos, de implantação de estratégias, de controle do futuro. Por isso, atores sociais e econômicos estão cada vez mais à procura de tudo que possa garantir, assegurar, produzir confiança. Nesse quadro, deve ser entendido o "princípio de precaução", tão difundido a ponto de dificultar a sua aplicação. O princípio de precaução surge, com efeito, quando há incerteza sobre as consequências de uma decisão, seja porque não se pode conhecê-las ou mensurá-las, seja porque não existe consenso a respeito entre os especialistas. Quando os impactos são conhecidos ou previsíveis, o princípio de precaução já não é necessário, porque nos encontramos no âmbito de um exercício normal da escolha e da responsabilidade. E não se deve confundir o fato de ser precavido com o "princípio da precaução". Este último remete especificamente aos procedimentos a ser tomados quando não se sabe: desloca para o político o peso da decisão, da medida suspensiva ou dilatória, ou a tomada de risco.

Risco e princípio de precaução constituem, assim, elementos determinantes do contexto no qual atuam hoje o poder público, os urbanistas, os planejadores e todos os atores privados e associativos implicados na produção e gestão das cidades.

capítulo 4

OS PRINCÍPIOS DE UM NOVO URBANISMO

A terceira revolução urbana moderna, que se esboça com a nova fase de modernização das sociedades ocidentais, produz mudanças profundas nas formas de concepção, implementação e gestão das cidades. A evolução das necessidades, das formas de pensar e agir, dos vínculos sociais, o desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, a mudança da natureza e de escala dos desafios coletivos, dão lugar, progressivamente, a um novo urbanismo que denominaremos neourbanismo para distingui-lo do paleourbanismo da primeira revolução urbana moderna e do próprio urbanismo, conceito inventado durante a segunda revolução moderna.

As categorias que antes estavam contidas na própria concepção das cidades devem assim ser revisitadas para questionamento e atualização. O que acontece hoje em dia com a noção de limite e como conceber espaços, quando os conceitos de cidade e campo, público e privado, interior e exterior, estão completamente revoltos? O que ocorre com as noções de distância, de continuidade, de densidade, de diversidade, de mistura, quando a velocidade de deslocamento dos bens, de informações e de pessoas aumenta de maneira considerável? O que sucede com os equipamentos coletivos e serviços urbanos em uma sociedade de práticas e de necessidades cada vez mais variadas e indivi-

dualizadas? Como decidir e agir para o bem da coletividade em uma sociedade mutante e diversificada? Como pensar e criar cidades que funcionem, atrativas e justas, em um contexto da sociedade hipertexto e do capitalismo cognitivo?

São essas questões que propomos responder identificando alguns desafios essenciais, esboçando a forma a que um novo urbanismo poderia corresponder.

1. Elaborar e manejar projetos urbanos em um contexto incerto

Do planejamento urbano à gestão[1] urbana estratégica[2]

O urbanismo moderno definia um programa de longo prazo para as cidades aplicando os princípios de organização espacial (sob a forma de planos diretores, por exemplo), depois decorriam planos de urbanismo visando o enquadramento da realidade futura em um quadro predefinido. Os planos e os esquemas eram destinados a controlar o futuro, a reduzir a incerteza, a realizar um projeto de conjunto.

O neourbanismo se apoia em atitudes mais reflexivas, adaptadas a uma sociedade complexa e a um futuro incerto. Elabora múltiplos projetos de natureza variada, esforça-se por torná-los coerentes, constrói uma gestão estratégica para sua implementação conjunta, leva em consideração, na prática dos desdobramentos que ocorrem, a evolução prevista, as mudanças que decorrem, revisando, se necessário, os objetivos definidos ou os meios estabelecidos previamente para a sua própria realização. Torna-se uma gestão estratégica urbana que constitui a dificuldade crescente de reduzir as incertezas e o aleatório de uma sociedade aberta democrática e marcada pela aceleração da nova economia. Articula de forma inovadora as oscilações, o curto e o longo prazo, a pequena e a grande escala, os interesses gerais e particulares. É, ao mesmo tempo, estratégico, pragmático e com senso de oportunidade.

A noção moderna de projeto está mais do que nunca no cerne do urbanismo. Mas o projeto não é somente um desígnio acompanhado de um desenho. É também um instrumento cuja elaboração, expressão, desenvolvimento e execução revelam as potencialidades e as limitações que são impostas pela sociedade, pelos atores envolvidos, pelos lugares, circunstâncias e acontecimentos. O projeto é simultaneamente uma ferramenta de análise e negociação.

O neourbanismo derruba assim a antiga cronologia que encadeava o diagnóstico, a identificação das necessidades e a elaboração eventual dos cenários, a definição de programa, o projeto, a realização e a gestão. Ele substitui essa linearidade por uma gestão heurística[3], iterativa[4], incremental[5] e recorrente[6], isto é, através de ações que servem simultaneamente para elaborar e provar hipóteses, com realizações parciais que reinformam o projeto e permitem procedimentos mais cautelosos e duráveis, pelas avaliações que integram o *feedback*[7] e que se traduzem na redefinição dos elementos estratégicos.

O planejamento estratégico urbano não é um urbanismo leviano com ideias sem valor; ele se opõe às teses espontaneístas, postulados do caos criativo, ideologias simplistas do liberalismo de mercado. Mas esforça-se em explorar os acontecimentos e as mais diversas forças de maneira positiva, em relação aos seus objetivos estratégicos.

2. Priorizar os objetivos em relação aos meios

Das regras de exigências às regras de resultado[8]

O urbanismo moderno assegurava a realização dos seus projetos através de regras simples, imperativas e estáveis: zoneamento, funções, densidades, gabaritos etc. As regras eram exigentes, isto é, fixavam, ao mesmo tempo, os objetivos e a maneira de atingi-los.

O neourbanismo privilegia os objetivos, os resultados a ser obtidos, e incentiva os atores públicos e privados a encontrar modalidades de realização desses objetivos, os mais eficientes para a coletividade e para o conjunto de agentes. Isto demanda novos tipos de formulação de projetos e de regulamentação. Deve-se achar os meios para qualificar e quantificar as características desejáveis de um lugar, seu ambiente, sua ambiência, sua acessibilidade, seu nível de equipamentos coletivos e serviços urbanos. Este aumento de complexidade das normas torna-se particularmente necessário, pela diversidade crescente dos territórios e das práticas urbanas, pelo aumento das exigências qualitativas, pela maior dificuldade de se aplicar decisões igualitárias, bem como pela necessidade de substituir estas últimas por enfoques mais sutis e menos estandardizados, fundados em princípios de equidade. Os planos de urbanismo qualitativos inscrevem-se nessa nova perspectiva de regras que privilegiam o projeto mais do que os meios, inclusive dos pontos de vista arquitetônico e paisagístico.

Esse urbanismo de resultados deve se esforçar para produzir regras ao mesmo tempo incentivadoras e limitantes. Isto requer competências técnicas e profissionais muito mais elaboradas. São necessárias não só novas capacidades para definir projetos de maneira mais essencial e estratégica, mas também conhecimento e ferramentas para integrar as lógicas dos atores, avaliar suas propostas, julgar sua adequação em relação aos objetivos e sua eficiência para a coletividade, identificando e avaliando seus possíveis efeitos. Esse urbanismo é também muito mais criativo, pois mobiliza inteligências variadas e múltiplas lógicas, particularmente aquelas dos atores que realizam operações urbanas.

3. Integrar os novos modelos de resultado

Da especialização espacial à complexidade da cidade de redes

O urbanismo moderno, muito marcado pelo pensamento taylorista e fordista, buscava resultados na economia de escala, na simplificação e na repetição das funções urbanas destinadas a espaços específicos. O zoneamento e os grandes conjuntos habitacionais exprimiram fortemente essa lógica.

O neourbanismo integra modelos novos de produtividade e gestão, contribuições das ciências administrativas, tecnologias da informação e comunicação. Não busca simplificar realidades complicadas e se esforça, antes de tudo, em dar conta de territórios e situações complexas. Sua performance e sustentabilidade são obtidas pela variedade, flexibilidade e capacidade de reação.

As soluções únicas e monofuncionais, frágeis ou pouco adaptáveis, dão lugar a respostas multifuncionais e redundantes, capazes de fazer face à

evolução, à variedade das circunstâncias, às disfunções e às crises. Os resultados urbanos estão mais fundamentados na articulação e coordenação de potenciais variados do que na massificação. As economias de variedade predominam sobre as economias de escala.

Isto deve se traduzir por uma maior diversidade funcional das zonas urbanas, por uma multicentralidade, pela polivalência de uma parte dos equipamentos e serviços, e pelo reforço do papel dos transportes e das diversas redes que, mais do que nunca, asseguram a eficiência do conjunto dos sistemas urbanos metapolitanos. Os lugares de conexão entre diferentes redes assumem uma importância crescente e transformam a intermodalidade nos transportes em desafio-chave das dinâmicas urbanas.

Os limites permanentes e não circunstanciais da economia de recursos não renováveis, de preservação de patrimônios naturais e culturais, e de luta contra o efeito estufa, criam igualmente exterioridades que modificam os cálculos econômicos e as escolhas urbanas, que atuarão progressivamente sobre as formas urbanas favorecendo uma reavaliação de uso, uma reutilização mais intensiva de zonas já urbanizadas e um controle mais efetivo do consumo do espaço.

Os profissionais do urbanismo terão que desenvolver suas próprias práticas introduzindo novos modelos de resultados, bem como utilizar as potencialidades das TICs nas suas próprias atividades. Os bancos de dados urbanos, os modelos de simulação e de visualização em três dimensões abrem, de fato, possibilidades consideráveis que retroagem sobre o conteúdo dos próprios projetos.

O progresso das ciências e das técnicas, em diversos campos do urbanismo, tornará igualmente necessária a renovação do perfil profissional dos tipos de dispositivos multidisciplinares permanentes (serviços técnicos locais, agências de urbanismo, organismos de planejamento, escritórios de estudos multidisciplinares). O desafio consiste em assegurar simultaneamente a continuidade e a capitalização das experiências e do conhecimento, bem como o funcionamento através de projetos que permitam a incorporação de especialistas de alto nível.

4. Adaptar as cidades às diferentes necessidades

Dos equipamentos coletivos aos equipamentos e serviços individualizados

O urbanismo moderno privilegiava as soluções permanentes, coletivas e homogêneas, a fim de responder às demandas da habitação, do urbanismo, do transporte, do lazer, do comércio. A produção em massa repetitiva do serviço permitia amortizar equipamentos custosos: o mesmo serviço para todos e, geralmente, de forma simultânea.

O neourbanismo e os serviços públicos urbanos devem, hoje em dia, considerar o processo de individualização que marca a evolução da nossa sociedade. A diversificação das situações e das necessidades torna assim necessárias uma maior variedade e uma personalização das soluções. Esta evolução não é nova: o banheiro público se tornou banheiro familiar e individual; o relógio e o sino, antes equipamentos coletivos, viraram relógios individuais; o telefone passou igualmente de equipa-

mento coletivo a privado e, depois, com o celular, a equipamento pessoal.

Essa personalização dos serviços necessita de redes e de sistemas técnicos mais complexos que recorram de modo determinante às novas tecnologias da informação e da comunicação. Todos os equipamentos coletivos tradicionais não se tornam obsoletos (universidades, hospitais, estádios etc.), mas devem integrar de maneira nova esta noção de serviço individualizado e apoiar-se nas técnicas avançadas de transporte e telecomunicação. Surgem assim novos dispositivos complexos, como, por exemplo, o sistema que associa, graças a um uso intensivo dos transportes e telecomunicações, centros hospitalares que reúnam todas as especialidades com um alto grau de especialização, hospitais-dia, assistência em domicílio, serviços de ambulatórios, centros de saúde e médicos de família. No campo dos transportes, aparecem "centros de mobilidade", que coletam e colocam à disposição dos usuários informações em tempo real sobre o horário dos transportes coletivos, a disponibilidade dos táxis, dos transportes de aluguel, dos estacionamentos, os problemas do tráfego, as tarifas etc. Esses dispositivos abrem a possibilidade de escolha aos indivíduos e tornam possíveis novos tipos de serviço adaptados a uma grande variedade de situações.

5. Conceber os lugares em função das novas práticas sociais

Dos espaços simples aos espaços múltiplos

O urbanismo moderno desenvolveu a cidade baseada na repartição dominante, atribuindo principalmente ao "público" a responsabilidade pelos espaços externos, grandes infraestruturas e equipamentos coletivos, e ao privado a responsabilidade pela superestrutura. Os limites e a definição de público e privado diferem de um país para outro, mas é esse mesmo modelo que estruturou globalmente as cidades ocidentais.

O neourbanismo se depara com a confusão desse modelo. Um número crescente de infraestruturas e equipamentos mistura intervenções públicas e privadas sob formas diversificadas de parcerias, concessões e prestações cruzadas de serviços. Os estatutos jurídicos e práticos dos espaços são cada vez menos homogêneos e não abarcam mais a distinção entre acessos públicos e privados, acessos livres e reservados, interior e exterior, infraestrutura e superestrutura, serviços e equipamentos. As novas tecnologias participam nessa recomposição: elas permitem, por exemplo, desassociar a produção, o transporte e a distribuição dos diversos fluidos (água, eletricidade, telefone), minando os fundamentos antigos das modalidades de exercício dos serviços públicos; tornam possíveis a modificação das tarifas e, em decorrência, a evolução da concepção e do financiamento da infraestrutura; enfim, através da internet, elas criam novos tipos de quase espaços públicos "virtuais", que penetram no âmago de lares e empresas.

A sociedade hipertexto que separa os campos das práticas sociais mobiliza as TICs para viabilizar a pertinência simultânea aos mais diversos tipos de espaços: assim, o uso dos equipamentos individuais portáteis permite desenvolver atividades de natureza diversa em um mesmo lugar: trabalhar dentro de um transporte, telecomunicar em pleno espaço

público etc. O neourbanismo deve-se esforçar em combinar essas possibilidades, em conceber espaços múltiplos de *n* dimensões sociais e funcionais, hiperespaços que articulem o real e o virtual, propícios tanto à intimidade quanto às mais variadas sociabilidades. As novas tecnologias da informação e da comunicação imprimem igualmente, nas cidades, a marca das suas estruturas e particularmente a distinção entre hardware e software.

A consideração das práticas urbanas conduz, por fim, os mentores à integração progressiva dos limites da exploração e gestão de espaços e equipamentos urbanos. Isto contribui para a redefinição das fronteiras e das modalidades de exercício dos diversos campos do urbanismo, pois este deve integrar mais diretamente as exigências da gestão futura dos espaços que ele ajuda a produzir.

6. Agir em uma sociedade fortemente diferenciada

Do interesse geral substancial ao interesse geral modulado[9]

O urbanismo moderno foi construído em concepções substanciais de interesse geral ou de interesse comum. Deve-se entender que, através desse ponto de vista, as decisões públicas, os planos com suas regras e proibições, as realizações públicas, as exceções ao direito de uso da propriedade (servidão), as desapropriações, os impostos, eram legitimados pelos interesses coletivos admitidos como superiores aos interesses individuais.

A sociedade hipertexto, composta de multipertinências, de mobilidades e de territórios sociais e individuais de geometria variável, confronta o neourbanismo com uma diversidade complexa de interesses e com uma complexidade de desafios que dificilmente podem se materializar em interesses coletivos estáveis e aceitos por todos. Os políticos locais, o Estado, os urbanistas, todos os especialistas podem, assim, cada vez menos pretender fundamentar suas ações e suas propostas no interesse geral ou comum, objetivo e único. Além disso, o desenvolvimento das ciências e das técnicas só evidencia a grande complexidade onde anteriormente havia problemas passíveis de solução: a experiência que fundamentava as decisões qualificadas pelo interesse geral foi substituída pela controvérsia entre especialistas, o que remete as decisões a espinhosos princípios de precaução. Uma decisão só pode ser entendida como sendo de interesse geral ou comum através de sua substância objetiva. É o modo, o procedimento como ela foi elaborada e eventualmente construída pelos atores envolvidos, que lhe confere, *in fine*, seu caráter de interesse geral. As divergências e conflitos se resolvem assim menos pelas maiorias, pois elas são circunstanciais, e mais por compromissos que permitem tratar uma variedade de situações coletivas.

Os procedimentos de identificação e formulação dos problemas, de negociação das condições, assumem uma importância crescente e decisiva. A participação – sob diversas formas – nesse processo, desde o seu início, dos habitantes, usuários, vizinhos e todos os atores envolvidos, torna-se essencial. Não se trata somente de um debate entre opiniões divergentes, de melhorar soluções propostas, mas de construir o quadro de referência e a própria solução dos desafios.

Esse enfoque modulado por procedimentos modifica a natureza da intervenção de especialistas e

profissionais, mais particularmente o trabalho dos urbanistas. Estes devem inscrever sua intervenção em processos de longa duração, que às vezes se articulam mal com as lógicas do mercado e com as mudanças políticas locais. Além disso, fica cada vez mais difícil associar as intervenções ao interesse geral, conduzindo-os a colocar suas competências à disposição de diversos atores e grupos. Isto introduz de forma nova as questões de ética e de deontologia no campo profissional.

O neourbanismo privilegia a negociação e o compromisso em relação à aplicação da regra majoritária, o contrato em relação à lei, a solução *ad hoc* em relação à norma.

7. Requalificar a missão do poder público

Da administração à regulação

O poder público administrou o urbanismo moderno, isto é, assegurou a aplicação das leis, dos planos e das regulamentações, as missões de interesse geral e o bom andamento dos serviços urbanos. Esta "administração" era coerente com um urbanismo que proibia e controlava tanto quanto projetava, que aplicava princípios e soluções, e, para que isso acontecesse, mantinha uma tendência estrutural de negar as especificidades das cidades, dos lugares e das culturas, reduzindo-os a meros cenários.

O neourbanismo esforça-se em construir os problemas caso a caso, e em elaborar respostas específicas para cada situação. Acumula e mobiliza a experiência, os saberes e as técnicas, não para aplicar soluções repetitivas, mas para aumentar suas possibilidades de adaptação aos contextos particulares, mutantes, incertos. Atua no âmago de um sistema de atores, cujas lógicas são variadas e que funcionam em um meio cada vez mais aberto. Para tanto, deve produzir quadros comuns de ação e regras do jogo que não se oponham às lógicas dos atores, mas as conciliem, e as utilizem em proveito dos próprios projetos, produzindo sinergias[10]; ainda arbitra quando situações parecerem nebulosas ou quando a autorregulação estiver falhando.

O neourbanismo privilegia, portanto, a regulação em detrimento da administração. O poder público se esforça, assim, para assegurar o funcionamento "regular" dos sistemas de atores urbanos, atuando de maneira a limitar as disfunções e as incoerências; impulsiona os enfoques modulados em procedimentos que visam o interesse geral. Tanto quanto possível, coordena a elaboração mais do que elabora para aproveitar melhor a competência e o conhecimento dos especialistas. Mas também controla, avalia, corrige, compensa e eventualmente aplica sanções. Isto demanda competências técnicas, sistemas de observação e bases de dados muito mais elaborados que os que estavam à disposição das administrações, cuja atividade era muito mais normatizada e repetitiva. O neourbanismo supõe assim uma reformulação dos objetivos e dos servidores públicos.

8. Responder à variedade de gostos e demandas

De uma arquitetura funcional a um desenho urbano atraente

O urbanismo moderno apoiou-se sobre uma arquitetura e formas urbanas que correspondiam à

sua ideologia funcionalista e esforçou-se por generalizá-las. Elaborou concepções globais da cidade, por vezes totalitárias, não hesitando, em alguns casos, em fazer tábula rasa do passado ou em induzir que isso ocorresse. Entretanto, desenvolveu também a noção tipicamente moderna de "patrimônio", conservando cidades que o precederam, vestígios, monumentos para a memória e elementos particulares de valor artístico.

O neourbanismo, por outro lado, admite a complexidade e deve propor uma variedade de formas e ambientes arquitetônicos e urbanos a uma sociedade cada vez mais diferenciada na sua composição, nas suas práticas e gostos. Confrontado com uma cidade cada vez mais móvel, na qual os atores ampliam a sua capacidade de escolha de localização, o neourbanismo deve seduzir. Esforça-se em propor um tipo de cidade *à la carte*, que oferece combinações variadas de qualidades urbanas. Para tanto, não hesita em utilizar as formas antigas e os estilos vernaculares, tanto quanto os tipos modernos. Tendo rompido com as ideologias simplificadoras e totalitárias do progresso, acomoda-se na complexidade das cidades que herda e em que atua. Também patrimonializa cada vez mais o quadro construído existente, seja museificando-o e integrando-o à nova economia cultural e turística urbana, seja reutilizando-o ou designando novos usos. O novo urbanismo tenta tanto quanto possível utilizar as dinâmicas do mercado para produzir ou conservar valores simbólicos da cidade antiga.

O novo urbanismo aproveita a variedade arquitetônica e de formas urbanas para fabricar cidades diversificadas, ampliar as possibilidades de escolha, tornar possíveis as mudanças na escala metapolitana. De certa forma, confere uma importância renovada à questão dos estilos arquitetônicos, separando-os das questões de funcionalidade e morfologia urbanas. Mas também inscreve essas escolhas estéticas – quando afetam os espaços públicos – em procedimentos no debate democrático, modificando a esfera de ação dos criadores e sua relação com o público e o político

9. Promover uma qualidade urbana nova

Das funções simples a um urbanismo multissensorial

O urbanismo moderno desenvolveu um funcionalismo bastante elementar, tanto pela escolha das funções (trabalhar, morar, divertir-se, abastecer-se, deslocar-se), quanto pela forma de realizá-las.

O neourbanismo desenvolve um enfoque funcional muito mais fino, considerando a complexidade e a variedade das práticas urbanas, e respondendo a elas através de soluções multifuncionais. Enfrentando demandas cada vez mais elevadas, e múltiplas formas de concorrência entre espaços, tenta oferecer, em lugares públicos e espaços externos, uma qualidade equivalente à dos espaços privados e de espaços internos. Leva em conta as dimensões multissensoriais do espaço e elabora não somente o visível, mas também o sonoro, o tátil e o olfativo. O desenho multissensorial das cidades permite criar ambientes diversificados, mais atraentes e mais confortáveis, inclusive para pessoas portadoras de deficiências sensoriais e motoras.

10. Adaptar a democracia à terceira revolução urbana

Do governo das cidades à governança metapolitana

O urbanismo moderno necessitava de formas de governo municipais firmes, decididas e que dispusessem de poderes fortes para ser capazes não só de impor regras e de fazê-las cumprir, mas também de estimular as transformações de maneira espontânea. Essa autoridade apoiava-se em engrenagens sociais locais de todo tipo: a escola, a igreja, o comércio local. Esse tipo de governo urbano esteve assegurado conforme o país de origem.

O neourbanismo enfrenta grupos sociais diversificados, indivíduos de múltiplas origens, territórios social e espacialmente heterogêneos, uma vida associativa prolífera, porém, efêmera, o enfraquecimento dos mediadores locais encarnados pelos educadores, padres, comerciantes de bairro, zeladores etc. Deve apoiar-se nas lógicas técnicas e econômicas privadas que diferem muito profundamente da cultura e lógica de operação pública. Necessita de novas formas de concepção e realização das decisões públicas, permitindo consultar e associar habitantes, usuários, vizinhos, atores, especialistas os mais variados, em todo o processo de tomada de decisão.

O governo das cidades dá lugar, dessa forma, a uma governança urbana, que pode ser definida como um sistema de dispositivos e de formas de ação que associa às instituições alguns representantes da sociedade civil, a fim de elaborar e implementar as políticas e as decisões públicas.

A governança urbana implica um enriquecimento da democracia representativa, através de novos procedimentos deliberativos e consultivos. São necessárias, ao mesmo tempo, a relação mais direta com os cidadãos e as formas democráticas de representação na escala das metápoles, que representa a escala na qual devem ser tomadas as decisões urbanas estruturantes e estratégicas. Esta nivelação da democracia local é um dos elementos-chave do futuro das cidades e, mais amplamente, das sociedades ocidentais.

O risco de que a maior autonomia dos indivíduos e a força crescente da economia de mercado aumentem as desigualdades sociais existentes ou criem novas é, de fato, muito alto. E a democracia de vizinhança sem a democracia metapolitana não basta para que os cidadãos tenham consciência de que seu futuro está interligado. Pelo contrário, o debate democrático sobre o futuro e a gestão das metápoles pode contribuir para o desenvolvimento dessa solidariedade reflexiva, necessária a todas as escalas, da mais local à mais global, dependendo dessas circunstâncias o futuro das nossas sociedades.

Concluindo, para resumir e qualificar esse neourbanismo que se esboça atualmente, ao menos no mundo ocidental, podemos dizer que é:

- um urbanismo de dispositivos: trata-se menos de fazer planos do que de aplicar dispositivos que os elaborem, discutam, negociem, que os façam evoluir;
- um urbanismo reflexivo: a análise já não precede a regra e o projeto, mas está presente permanentemente. O conhecimento e a informação são produzidos antes, durante e depois da ação. Reciprocamente, o projeto torna-se, plenamente, um instrumento de conhecimento e de negociação;

- um urbanismo de precaução, que dá lugar às controvérsias e que permite meios de considerar as externalidades e exigências do desenvolvimento sustentável;
- um urbanismo convergente: a concepção e a realização dos projetos resultam da intervenção de uma multiplicidade de atores com lógicas diferenciadas e combinadas entre si;
- um urbanismo reativo, flexível, negociado, em sintonia com as dinâmicas da sociedade;
- um urbanismo multifacetado, composto de elementos híbridos, soluções múltiplas, redundâncias, diferenças;
- um urbanismo estilisticamente aberto que, ao separar o desenho urbano das ideologias urbanísticas e político-culturais, dá lugar a escolhas formais e estéticas;
- um urbanismo multissensorial, que enriquece a urbanidade do lugar.

Dito de outra forma, o neourbanismo é um caminho particularmente ambicioso, que necessita de mais conhecimento, mais experiências e mais democracia.

notas / bibliografia

Introdução

1. NT – No caso francês.

Capítulo 3

1. O novo urbanismo norte-americano remete a três tipos de práticas: um estilo estético, desenho urbano e modos de urbanização. A estética proposta é a de uma arquitetura de tipo contextual amiúde pastiche e *kitsch*; o desenho urbano privilegia um urbanismo de ruas, de espaços públicos, de densidades elevadas; o modo de urbanização fundamenta-se em princípios de mistura funcional e social, no uso de transportes públicos e no combate ao espraiamento urbano. Uma cartilha codifica o novo urbanismo estabelecendo princípios que estão longe de ser novos, mas que rompem com as formas urbanas desenvolvidas nos Estados Unidos, em grandes aglomerações. Suas referências iniciais eram o Seaside (uma estação balneária bastante chique) e Celebration (uma cidade privada concebida e realizada pela Disney). Mas os promotores do novo urbanismo buscam desprender-se dessa imagem de cidade para classes médias, de fato bastante parecida com modelos implantados nas *gated communities* (condomínios privados), e convencer que seu projeto pode servir também para requalificar e regenerar as zonas degradadas.

Capítulo 4

1. Gestão: aplicação de um conjunto de conhecimentos voltados à organização e ao gerenciamento, a fim de assegurar o funcionamento de uma empresa ou de uma instituição, para elaborar e realizar projetos conjuntos.
2. Estratégia: conjunto de objetivos operacionais escolhidos para pôr em prática uma política previamente definida.

3. Método heurístico: que serve para a descoberta, que opera em avaliações sucessivas e hipóteses provisórias.

4. Iteração: método de solução de uma equação por aproximações sucessivas.

5. Incremento: quantidade que se acresce a uma variável a cada ciclo de giro de um programa.

6. Série recorrente: em que cada termo é uma função dos termos imediatamente anteriores.

7. *Feedback*: regulagem das causas pelos efeitos. Modificação do precedente pelo subsequente. Contrarreação e retroação.

8. Regras de exigência são aquelas impostas por alguma disciplina, uma submissão a uma ordem ou lei. Regras de resultado, que preveem um resultado ótimo, próximo àquele que uma máquina, um ser vivo ou uma organização pode obter.

9. Substancial: que pertence à substância, à essência, à coisa em si. Modulado: que permite decompor um programa em módulos, em procedimentos, isto é, de maneira a conduzir uma operação complexa a um resultado final. Um enfoque modulado privilegia a maneira de fazer; um enfoque substancial prioriza o resultado.

10. Sinergia: ação coordenada de muitos órgãos, associação de vários fatores que contribuem para uma determinada ação, de efeito único.

Bibliografia

ASCHER, François. *Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs. Essai sur la société contemporaine.* La Tour d'Aigues, Éditions de L'Aube, 2001.

______. *La Republique contre la ville. Essai sur l'avenir de la France urbaine.* La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 1998.

______. *Métapolis, ou l'avenir des villes.* Paris, Éditions Odile Jacob, 1995.

BAIROCH, Paul. *De Jéricho à México, villes et économie dans l'histoire.* Paris, Gallimard, 1985.

BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity.* Londres, Sage, 1986.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order.* Cambridge, Polity Press, 1994.

BONNET, Michel; DESJEUX, Dominique (org.). *Les territoires de la mobilité.* Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

BOURDIN, Alain. *La question locale.* Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

CAMPBELL, Scott; FAINSTEIN, Susan S. (org.). *Readings in Planning Theory.* Oxford, Blackwell Publishers, 2001.

______. *Readings in Urban Theory.* Oxford, Blackwell Publishers, 2001.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economia, sociedad y cultura.* 3 volumes: vol. 1: La sociedad red; vol. 2: El poder de la identidad; vol. 3: Fin de milenio. Madri, Alianza Editorial, 1998.

CRANG, Mike; CRANG, Phil; MAY, Jon. *Virtual Geographies. Bodies, Space and Relations.* Londres, Routledge, 1999.

DECKKER, Thomas (org.). *Modern City Revisited.* Londres, Spon Press, 2001.

DUPUY, Gabriel. *L'urbanisme des réseaux.* Paris, Armand Colin, 1992.

______. *La dépendance automobile. Symptômes, analyses, diagnostic, traitements.* Paris, Anthropos, 1999.

GIDDENS, Anthony. *The Third Way. The Renewal of Social Democracy.* Cambridge, Polity Press, 1998.

GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon. *Splintering Urbanism.* Londres, Routledge, 2001.

HALL, Peter. *Cities in Civilization.* Londres, Phoenix Press, 1999.

HEALEY, Patsy; CAMERON, Stuart; DAVOUDI, Simin; GRAHAM, Stephen; MADANI-POUR, Ali. *Managing Cities. The New Urban Context.* Chichester, Wiley and Sons, 1995.

HEALEY, Patsy; KHAKEE, Abdul; MOTTE, Alain; NEEDHAM, Barrie (org.). *Making Strategic Spatial Plans.* Londres, UCL Press, 1997.

HEALEY, Patsy. *Collaborative Planning*. Londres, Palgrave, 1997.
HERVIEU, Bertrand; VIARD, Jean. *Au bonheur des campagnes*. La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2001.
JOUVE, Bernard; LEFÈVRE, Christian (org.). *Villes, métropoles. Les nouveaux territoires du politique*. Paris, Anthropos, 1999.
KOOLHAS, Rem; et alii. *Mutations*. Barcelona, Actar, 2001.
MADANI-POUR, Ali; HULL, Angela; HEALY, Patsy (org.). *The Governance of Place*. Aldershot, Ashgate Publishing, 2000.
MASBOUNGI, Ariella (coord.). *Fabriquer la ville. Outils et méthodes. Les aménageurs proposent*. Paris, La Documentation Française, 2001.
MITCHELL, William. *E-topia. "Urban life, Jim – but not as we know it"*. Cambridge, MIT Press, 1999.
MONGIN, Olivier. *Vers la troisième ville*. Prefácio de Christian de Portzamparc. Paris, Hachette, 1995.
OBADIA, Alain. *Entreprendre la ville. Nouvelles temporalités, nouveaux services*. Paris, Hachette, 1997.
ORFEUIL, Jean-Pierre. *Stratégies de localisation. Ménages et services dans l'espace urbain*. Paris, La Documentation Française, 2000.
PAQUOT, Thierry; et alii. *Ville: l'etat des savoirs*. Paris, La Découverte, 2000.
SEGAUD, Marion; BONVALET, Catherine; BRUN, Jacques. *Logement et habitat, l'état des savoirs*. Paris, La Découverte, 1998.
SIEVERTS, Thomas. *Zwischenstadt: zwischen Ort und Welt, Raum und Zeit, Stadt und Land*. Braunschweig, Wiesbaden, 1997.
SLEVIN, James. *The Internet and Society*. Cambridge, Polity Press, 2000.
URRY, John. *Sociology beyond Societies. Mobilities for the Twenty-First Century*. Londres, Routledge, 2000.
VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Paris, Le Débat/ Gallimard, 2000.
______. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris, Presses Universitaries de France, 1996.

WACHS, Martin; CRAWFORD, Margaret (org.). *The Car and the City. The Automobile, the Environment, and Daily Urban Life*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1992.
WHEELER, James O.; AOYAMA, Yuko; WARF, Bareny. *Cities in the Telecommunications Age. The Fracturing of Geographies*. Londres, Routledge, 2000.

Coleção RG Bolso

01. Abilio Guerra (org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Parte 1*. Textos de Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Eduardo Dias Comas, Lauro Cavalcanti, Luis Espallargas Gimenez, Margareth da Silva Pereira, Renato Anelli, Ruth Verde Zein, Silvana Barbosa Rubino e Sophia S. Telles.
02. Abilio Guerra (org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Parte 2*. Textos de Abilio Guerra, Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Eduardo Dias Comas, Claudia Shmidt, Edson Mahfuz, Fernando Aliata, Hugo Segawa, Jorge Czajkowski, Jorge Francisco Liernur, Margareth da Silva Pereira, Maria Beatriz de Camargo Aranha, Nabil Bonduki, Otília Beatriz Fiori Arantes, Paul Meurs e Renato Anelli.
03. Abilio Guerra. *O primitivismo em Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Raul Bopp. Origem e conformação no universo intelectual brasileiro*.
04. François Ascher. *Os novos princípios do urbanismo*.
05. Eduardo Subirats. *A existência sitiada*.
06. Angelo Bucci. *São Paulo, razões de arquitetura. Da dissolução dos edifícios e de como atravessar paredes*.
07. Denise Antonucci, Angélica Benatti Alvim, Silvana Zioni e Volia Costa Kato. *UN-Habitat: das declarações aos compromissos*.